

pensamen
feminista
ensament
nista
to feminist
nsamento
feminista
amento
pensamen

PENSAMENTO FEMINISTA
conceitos fundamentais

Org. Heloisa Buarque de Hollanda

BAZAR  DO TEMPO

Introdução

Heloisa Buarque de Hollanda

Para Dora

A IDEIA DE ORGANIZAR ESTA COLETÂNEA de artigos nasceu em 2018 durante um curso que propus na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ironicamente intitulado “O cânone feminista”. As perguntas que surgiam apontavam para uma pertinente investigação: a partir de que perguntas este pensamento foi se formando e se consolidando como campo de conhecimento? Como se construiu a própria noção de gênero e como ela foi sendo interpelada e mesmo desconstruída no desenvolvimento destes estudos? Qual o estado da arte do debate teórico em torno das questões feministas?

Foi difícil, ao longo das aulas e do programa, reunir e disponibilizar textos para leituras que acompanhassem essa discussão. Por outro lado, percebi que, cada vez mais, as teorias feministas interessavam a pesquisadoras, artistas e ativistas. Foi para responder a essa demanda, especialmente a de jovens feministas, que resolvi reunir em livro um conjunto de textos que talvez respondesse a essas indagações contemporâneas. Faltava ainda o desenho do perfil desse conjunto. Como percebi que os conceitos de gênero, sua flexibilidade, interpelações e redefinições se mostravam centrais nos novos trabalhos acadêmicos bem como nas lutas das jovens ativistas, organizei esta escolha em torno das teorias de gênero, seus conflitos, sua revisão contínua nesses últimos anos, suas

diversas possibilidades e perspectivas enquanto categoria de análise. A missão deste trabalho foi, portanto, a de facilitar o estudo das tendências teóricas e o avanço dos trabalhos acadêmicos e políticos em torno da questão de gênero.

Neste volume tomei como critério de seleção não propriamente o período inicial dos estudos sobre a mulher, nem aquele onde se processaram as articulações da passagem da ideia de identidade – central no pensamento da década de 1960 – para a questão de gênero, de caráter mais relacional e cultural, que se consolidou na década de 1980. É o que veio a se chamar de terceira onda feminista, aquela que, segundo Jean Franco, empunha como bandeira “o direito de interpretar”. Data dessa época a formação e a entrada dos *women's studies* ou *gender studies* nas universidades e centros de pesquisa, como campo legítimo de saber. A partir desse princípio é possível entender porque não estão incluídas nesta edição pensadoras feministas emblemáticas como Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Betty Friedan ou mesmo Angela Davis.

Considerando essa trajetória de construção da noção de gênero, a primeira parte deste volume abre com o texto “Feminismo, capitalismo e a astúcia da história” da filósofa Nancy Fraser, referência desses estudos. Esse artigo oferece uma revisão crítica do período que abrange a segunda onda feminista até as últimas tendências do movimento. Recentemente esse artigo foi editado no livro *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberalism* – que teve um impacto significativo entre as pesquisadoras e ativistas tanto aqui quanto no exterior. Nancy Fraser faz uma crítica aguda da passagem do feminismo explosivo e radical dos anos 1960-1970, sua ligação com a nova esquerda e a luta que promoveu pela redistribuição de direitos, para o feminismo da terceira onda e sua luta pela representação. Nancy demonstra detalhadamente como o feminismo que começa expondo o forte androcentrismo do capitalismo e propõe a transformação da sociedade capitalista em suas raízes mais profundas, progressivamente se desdobra em lutas pelo reconhecimento identitário, pela representação e pela participação. A justiça de gênero encaminha-se, em sintonia com a economia neoliberal, para o reconhecimento da diferença, eixo da gramática feminista na virada do século xx para o XXI. Escolhi esse trabalho, bastante polêmico e panorâmico, para abrir esta coletânea, na medida em que ele pode ser usado com guia de discussão para as leituras que se seguem.

No sentido de oferecer uma visão inicial ampla da noção de gênero, selecionei o texto da historiadora Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, um clássico nesse debate, em que a autora nos oferece uma importante reflexão sobre a relação direta e explícita entre gênero e poder, constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos, como uma forma primeira de significar as relações de poder. Joan Scott, escritora e historiadora, atribui ao feminismo a missão de definir a condição de opressão feminina em termos materialistas, demonstrando que a categoria mulher é uma categoria de classe, o que significa que “mulher” assim como “homem” são fundamentalmente categorias políticas e econômicas.

Da mesma forma, Monique Wittig foi uma das primeiras teóricas feministas que colocou a questão da heterossexualidade como um regime político, baseado na opressão das mulheres pelos homens e que produz a doutrina da diferença entre sexos para justificar esta opressão.

Monique Wittig, que no título de seu artigo faz uma irônica referência à frase ícone das teorias feministas “não se nasce mulher, torna-se mulher”, de Simone de Beauvoir, se aproveita da sugestão para abrir uma intensa discussão. É no sentido político que ela cunha a expressão “contrato heterossexual” quando discute o binarismo que rege os estudos das diferenças sexuais. Monique é também responsável pelo manifesto *The Woman-Identified Woman* das “radicalesbians”, onde avança na questão da heterossexualidade politicamente compulsória, mostrando como essa questão faz parte da administração dos corpos e da gestão calculada da vida no âmbito da biopolítica.

A questão fundamental sobre o sujeito das ciências e das epistemologias com as quais trabalhamos é tema abordado por Sandra Harding em seu texto “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”, que oferece caminhos e perguntas importantes no momento em que as teorias feministas promoviam leituras críticas das narrativas mestras e procuravam subverter as teorias marxistas e freudianas. Sandra denuncia a associação patriarcal entre saber e poder, propondo a valorização das experiências das mulheres como instrumento de análise, experiências que não se encontram inteiramente expressas nem nas próprias teorias feministas. A análise de Sandra Harding e sua defesa da instabilidade das categorias de gênero tiveram desenvolvimentos em várias disciplinas e contextos. Hoje já é possível verificar vários conceitos

contraepistemológicos articulados como, por exemplo, as noções de *saber localizado* de Donna Haraway,² de *infiltração pragmática* de Jeremy Fantl³ ou a de *injustiça epistêmica* de Miranda Fricker.⁴

Retomando a trajetória de complexificação da noção de gênero, Teresa de Lauretis, teórica de cinema, introduzindo o termo tecnologias sexuais neste campo de estudos, chama a atenção para o risco de considerarmos gênero apenas uma derivação direta da diferença sexual e sinaliza os modos pelos quais pode ser incluído na diferença sexual como uma tecnologia de efeitos de linguagem, ou como puro imaginário – não relacionado ao real.

De Donna Haraway, professora e bióloga, selecionei “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século xx”, um texto-manifesto que marca um ponto de inflexão para a repolitização dos artefatos (o feminino, o animal, a natureza) que haviam sido pensados precisamente na própria fronteira do tecnológico. Particularmente lido, relido, reinterpretado e expandido, o artigo de Donna Haraway, escrito em 1984, critica o foco feminista nas políticas da identidade e evoca a metáfora do ciborgue para estimular as feministas a irem além das limitações das noções de gênero, feminismo e política. Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de um mundo pós-gênero: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, com o trabalho não alienado. O ciborgue está determinadamente comprometido com a parcialidade, a ironia e a perversidade.

Enfim, chegamos a um ponto decisivo dos estudos de gênero, com o texto de Judith Butler. Filósofa e professora de literatura comparada, seu artigo “Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista” é, na realidade, uma avaliação de seu próprio trabalho e de seus conceitos, especialmente o de performatividade de gênero, centro de seu livro mais conhecido *Gender Trouble*,⁵ traduzido no Brasil como *Problemas de gênero*.

Judith Butler, ao longo de seu pensamento sobre gênero, interroga todo e qualquer essencialismo identitário através de uma análise filosófica sobre a tensa relação entre sexo, gênero e desejo. A autora expõe a ideia de performatividade de gênero, ou seja, a ideia de que o gênero não é algo que nós *somos*, mas sim algo que constantemente *fazemos*, colocando o gênero diretamente em relação a determinadas *temporalidades* sociais. Para Judith Butler, o gênero não tem estatuto ontológico fora dos

atos que o constituem. Um dos aspectos importantes desta noção é que quando percebemos que o gênero é construído na linguagem e pela linguagem, e como se mantém nessa mesma construção a heteronormatividade, abre-se todo um universo novo, no qual proliferam as mais variadas configurações culturais de sexo e gênero, “confundindo o próprio binarismo do sexo, e expondo sua artificialidade fundamental”. Butler tornou-se a grande referência dos desdobramentos dos estudos de gênero e suas sucessivas desconstruções nos estudos queer.

Concomitantemente, esse livro reúne textos importantes no debate sobre a interseccionalidade, assunto hoje central nas pautas feministas. É sensato registrar que essa questão não é nova. Desde o início das teorias feministas, a questão das demandas específicas das mulheres negras se deu pelo questionamento da universalidade da noção de mulher ainda que sem a força que ganhou na atualidade. Já em 1851, Sojourner Truth, na *Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, interpela de forma eloquente o feminismo branco, tornando-se um ícone dos estudos raciais. Disse Sojourner, no fim de seu discurso, durante essa convenção pelos direitos das mulheres, há dois séculos: “Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?” A indagação, hoje histórica, revela a insatisfação das mulheres negras no ambiente branco e universal do feminismo europeu e norte-americano.

No terreno dos estudos de gênero propriamente dito, a grande interpelação à produção feminista mais ampla foi a publicação em 1981, do livro *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*, organizado por Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa. A edição reunia as chamadas “mulheres de cor”, no caso, negras, latinas, chicanas, judias, asiáticas, terceiro-mundistas, para contar suas experiências e, conseqüentemente, suas diferenças, em formato editorial próprio onde cabiam poemas, pesquisas, ensaios, testemunhos, nas mais livres formas narrativas. O livro não passou despercebido. De forma definitiva trouxe para a pauta feminista a clareza de que esse ideário não era e não podia ser universal como se pretendia.

Audre Lorde, escritora caribenha-americana, feminista, lésbica e ativista dos direitos civis, foi uma das primeiras a discutir a questão. Em 1984, lança o livro *Sister Outsider* colocando em pauta a ilusão feminista de uma sororidade universal. Audre, no seu incômodo depoimento “Não existe hierarquia de opressão”, apresentado nesta coletânea, abrindo sua

segunda parte, reitera que nenhuma das condições de opressão que experimenta, como mulher, negra e lésbica, é excluída das outras, e que a luta por direitos de grupos específicos é absolutamente equivocada. Já no seu artigo "Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença", também incluído nesta edição, volta a defender a não existência de uma homogeneidade na experiência de todas as mulheres como sugerem as palavras irmandade e sororidade e convoca as mulheres a reconhecer seu próprio lado opressor, citando a *Pedagogia do oprimido* de Paulo Freire: "o verdadeiro foco da mudança revolucionária nunca está simplesmente nas situações opressivas das quais buscamos fugir, mas, sim, naquele pedaço do opressor que está plantado no fundo de cada um de nós."⁶

Em 1983, surge a pergunta que nunca mais foi calada: "Pode o subalterno falar?", no artigo "Quem reivindica a alteridade" de Gayatri Spivak, teórica indiana e uma das vezes mais influentes dos estudos pós-coloniais nos Estados Unidos. Desde sua publicação, esse artigo tornou-se referência em várias áreas de estudo, como história, geografia e estudos de gênero. Gayatri, professora de Literatura Comparada na Universidade de Columbia, de certa maneira, confronta a grande referência teórica dos estudos de gênero naquele momento, a filosofia desconstrutivista, invocando o conceito gramsciano de "subalterno", aquele sujeito inespecífico que compõe os grupos marginais da sociedade sem condições de acesso à cidadania. Em toda sua obra é central o esforço na busca de meios de acesso à subjetividade subalterna. Sua argumentação ofereceu para o feminismo daquela hora uma chave valiosa na questão da autorização discursiva, formulação importante para o avanço das discussões sobre o lugar de fala.

Abro aqui um parêntese necessário para um breve comentário sobre a recente e polêmica categoria lugar de fala, cuja origem costuma ser atribuída a dois artigos específicos: em primeiro lugar, ao artigo "Pode o subalterno falar?", que estamos comentando; e, em segundo, a "O problema de falar pelos outros"⁷ da filósofa panamenha Linda Alcoff, que defende a existência de diferentes "efeitos de verdade", dependendo de quem enuncia um discurso. Essa questão hoje é central nas políticas dos feminismos que se sentem excluídos da universalidade dos feminismos brancos heteronormativos. Por lugar de fala, entende-se o conceito segundo o qual se defende que a pessoa que sofre preconceito fale por si, como protagonista da própria luta e movimento, pleiteando o fim da mediação e, consequentemente, da representação. Chamei apenas brevemente a aten-

ção sobre essas categorias formuladas na década de 1980 para mostrar como esses estudos iniciais se desdobraram com grande força política nas práticas e no pensamento das novas ondas feministas hoje.

Outro conceito que rege os estudos feministas "da diferença" é a aclamada noção de interseccionalidade. Curiosamente, a primeira vez que o termo foi usado, com o sentido que o feminismo empregou, se deu na área jurídica. Kimberlé Crenshaw, advogada, professora da Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA) e fundadora do Centro de Estudos em Interseccionalidade e Políticas Sociais da Universidade de Columbia introduz, no direito, a teoria interseccional, ou seja, o estudo de como a sobreposição ou a intersecção de identidades sociais, particularmente das identidades minoritárias, são diretamente relacionadas aos sistemas e estruturas da dominação e da discriminação. Inicialmente as teorias interseccionais são desenvolvidas, portanto, para uso em tribunais e julgamentos que não fariam justiça se privilegiassem apenas uma das discriminações sofridas pelas partes em litígio.

Na área dos estudos raciais, Patricia Hill Collins desenvolve esta ideia e levanta a bandeira do que chama autodefinição. Patricia, socióloga e uma das pioneiras em estudos raciais na academia norte-americana, aprofunda, no texto "Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição", a teoria da interseccionalidade, observando as diversas formas como as opressões de raça, classe, gênero, sexualidade e nação que se interrelacionam, construindo sistemas específicos de poder articulados, forjando valores e imagens cristalizadas a partir da leitura de Angela Davis, Alice Walker e Audre Lorde e da escuta da força que emerge das obras das escritoras negras e cantoras de blues. Nesse estudo, a autora percebe a potência política da autodefinição da mulher negra e seu alcance enquanto demanda de justiça social.

No Brasil, temos o trabalho não menos importante de Sueli Carneiro, filósofa, escritora, ativista e fundadora do Geledés, Instituto da Mulher Negra, que atua, desde 1988, nas áreas acadêmica e de políticas públicas dos direitos humanos, educação, cultura e saúde. Além de sua notória importância como personalidade política, Sueli é também referência nos estudos feministas negros no Brasil. Em seu trabalho "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero", Sueli promove um releitura de Patricia Hill Collins, particularmente quando argumenta que o pensamento feminista

negro seria um conjunto de interpretações teóricas sobre experiências e ideias compartilhadas sobre questões específicas da realidade das mulheres negras, como a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o impacto dos estereótipos ou “imagens de autoridade” sobre esta realidade. Sueli examina, através da experiência histórica das mulheres negras e indígenas e do fator da miscigenação como estruturante das construções da identidade nacional brasileira, o mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou em seu ponto mais extremo. Outra questão importante de seu trabalho é a análise da violência sexual colonial, seguindo ela, “cimento” de nossas hierarquias de gênero e raça e das ideologias complementares desse sistema de opressão racial e sexista.

Para Sueli, nas teorias feministas latino-americanas, o gênero é, sem dúvida, uma variável teórica importante, porém inseparável de outros eixos de opressão como as determinantes coloniais de nossas sociedades. Partindo do mesmo contexto, apresentando uma leitura radical e de forte repercussão nos novos feminismos brasileiros, Lélia Gonzalez, filósofa, professora, escritora e ativista, confronta paradigmas da produção textual acadêmica, através da inclusão do legado linguístico de culturas escravizadas na escrita de seus estudos. No seu texto “A categoria político-cultural da *Amefricanidade*”, mistura o português com elementos linguísticos africanos e denuncia a discriminação racial existente na própria definição da língua materna brasileira. Diz Lélia: “aquilo que chamo de ‘português’ nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil. [...] O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo aponta para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente”.

Além do português, Lélia cunha a categoria *Amefricanidade* que propõe a abordagem interligada “do racismo, do colonialismo, do imperialismo e de seus efeitos”. A *Amefricanidade*, segundo a autora, experimenta pensar ‘de dentro’ as culturas indígenas e africanas em contraposição às interpretações históricas eurocêntricas, centradas na visão de mundo do pensamento moderno europeu. O pensamento de Lélia, sempre atual, já traz a marca das teorias decoloniais, do que se chama hoje de “feminismo do Sul” e da noção de “colonialidade de gênero”, de Maria Lugones.

Assim vão se complexificando progressivamente as narrativas teóricas sobre gênero, que tem seu ápice no trabalho radical de Gloria Anzaldúa: “*La conciencia de la mestiza* / Rumo a uma nova consciência”. Defendo

a ideia de radicalidade no trabalho de Gloria, especialmente porque sua narrativa teórica confronta os paradigmas da produção de conhecimento, baseando-se não apenas em seu depoimento pessoal, mas também no próprio uso simultâneo de várias línguas, oscilando entre o inglês, o espanhol e suas variações regionais, como a língua asteca *nahuatl*. Ela explica logo no início de seu artigo:

Porque eu, uma *mestiza*, continuamente saio de uma cultura para outra, porque eu estou em todas as culturas ao mesmo tempo, alma entre dos mundos, tres, cuatro, me zumba la cabeza con lo contradictorio. Estoy norteada por todas las voces que me hablan *simultáneamente*.

A nova identidade, *mestiza*, é representada, portanto, em uma linguagem híbrida, exibindo um discurso polifônico, proferido por múltiplas vozes, como em uma luta de fronteiras. A contribuição de Anzaldúa é da ordem do estímulo às imensas possibilidades políticas e conceituais da experimentação e da interpelação aos modelos de saber ocidentais.

No texto de *la mestiza* cabem contradicções e ambiguidades, alterando a forma como percebemos a realidade, como nos vemos enquanto indivíduos, como nos comportamos. Anzaldúa, teórica, *mestiza*, *lésbica*, *chicana*, influenciou uma nova geração de seguidoras nas artes, na literatura e nos feminismos decoloniais.

Nas primeiras décadas do século XXI, período coberto pela última parte desta coletânea, o campo dos estudos de gênero traz novidades. O feminismo vive um momento particularmente intenso, que pode ser identificado ao processo de transformação e à crise do feminismo da segunda onda, dos estudos de lógica binária e dos estudos gay e *lésbicos*. Trata-se do momento da consolidação do feminismo decolonial, da teoria *queer*, do *pós-feminismo*, dos estudos *transgênero*, chegando ao *pós-humanismo*.

O feminismo decolonial, ou seja, a nova perspectiva feminista que valoriza os determinantes da lógica colonial como um importante fator da opressão das mulheres, tem como ponto de virada o trabalho da argentina María Lugones, filósofa, ativista e professora na Universidade de Binghamton em Nova York. O foco de seu trabalho são as formas de resistência desenvolvidas contra as várias estratégias da opressão colonial. María Lugones desenvolve o conceito de “colonização de gênero” em oposição às análises da opressão de gênero racializadas e capitalistas do

feminismo ocidental. Em seu artigo "Rumo a um feminismo decolonial", Lugones analisa o papel da colonização na formação das noções de sexo e gênero em grupos indígenas. No texto, argumenta que, uma vez que esses grupos já tinham suas próprias práticas e concepções sobre sexo e gênero organizadas em função da produção e da socialização no período pré-colonial, as investigações das formas de resistência que desenvolveram durante os processos de colonização se tornam fundamentais como instrumento para as possibilidades teóricas de sua desconstrução. Os estudos feministas decoloniais ou feminismos do Sul tornam-se cada vez mais importantes na América Latina, na medida em que tocam em pontos cruciais referentes às especificidades dos sistemas de opressão das mulheres em países pós-coloniais.

Outra tendência que começa a ser valorizada nos estudos mais recentes é a proposta de Silvia Federici de releitura em direção a uma novo feminismo-marxista que aponta caminhos concretos de liberação das mulheres. Silvia, escritora, professora de filosofia, política e ativista, promove uma profunda discussão com o marxismo e traz à tona o silêncio de Marx sobre a importância do trabalho reprodutivo (*a reprodução de seres humanos*), função necessária e básica de uma economia capitalista, baseada no trabalho assalariado, denunciando o corpo das mulheres como a última fronteira do capitalismo. Desde os anos 1970, Federici defende um ativismo voltado para o reconhecimento e a remuneração do trabalho doméstico e do trabalho sexual e destaca, especialmente, a luta pelos comuns. É nessa linha que apresenta uma visão interessante e original para as lutas feministas ao interpretar a ascensão do capitalismo como um movimento reacionário que elimina o comunismo e mantém o contrato social básico tradicional. Assim, propõe olhar para a política dos comuns a partir de uma perspectiva feminista, onde "feminista" diz respeito a um ponto de vista moldado pela luta contra a discriminação sexual e por um melhor entendimento do trabalho reprodutivo sobre o qual a estrutura da sociedade é construída. Em 1998, publica seu livro mais conhecido, *Calibã e a bruxa*⁸, resultado de trinta anos de pesquisa histórica onde analisa a relação entre a caça às bruxas e o surgimento sangrento do sistema capitalista durante os séculos XVI e XVII.

Um ponto que se tornou fulcral nos caminhos do feminismo neste século é a visibilidade que ganharam as políticas pós-identitárias e as vivências das mulheres trans, das travestis e das pessoas não-binárias

e toda uma multiplicidade de fatores que se conjugam na conformação das identidades.

O carro chefe dos estudos pós-identitários é a teoria queer, expressão criada por Teresa de Lauretis, em 1990, como tema de um seminário que organizou na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, precisamente sobre o campo dos estudos gays e lésbicos que estavam se transformando em uma área de estudo homogênea e com pouca rentabilidade teórica. A teoria queer recupera estudos não apenas de Teresa de Lauretis, mas também a metáfora híbrida do ciborgue de Donna Haraway e o livro canônico da teoria queer, *Problemas de gênero*, de Judith Butler, que, mesmo criada por ter subestimado os processos de transformação dos corpos transsexuais e transgênicos, continuou sendo um pensamento seminal pela inegável complexidade produtiva da noção de *performance* que introduziu. O que passa a interessar prioritariamente agora é a radicalização do conceito de gênero sublinhando seu lado fluido, socialmente construído, performado e sistêmico. Parafraseando Teresa de Lauretis: queer é um sistema sexo-semiótico, de interpretação dos dados biológicos como produtores de diferenças, que não são *per si*, mas produtos da interpretação arbitrária dos "marcadores biológicos". Assim como a categoria gênero procurou desconstruir a categoria identidade, a categoria queer caminha na direção da desconstrução da noção de sexo biológico.

Teresa de Lauretis em seu artigo "Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política" assume a palavra queer como contestação social e advoga que é importante confrontar criticamente, os "equívocos nebulosos dos gêneros, assim como das preocupações médicas com certa funcionalidade reprodutiva". Recorrendo à psicanálise, Teresa estabelece um diálogo com Freud e sua concepção da sexualidade como sendo "a dimensão mais perversa da vida humana, indo da perversão para a neurose e para a sublimação". Com a psicanálise, a teoria queer se viu livre para explorar as muitas possibilidades e facetas do comportamento sexual, com a perspectiva não de um comportamento desviante, mas enquanto gênero-inclusivo, democrático e multicultural.

A grande voz que se levanta na radicalização desses estudos é a de Paul B. Preciado, que promoveu uma extensa releitura crítica da literatura da segunda onda e dos filósofos pós-estruturalistas, construindo uma obra instigante e absurdamente contemporânea. Seus estudos pós-graduados foram orientados por Jacques Derrida, o mais polêmico dos filósofos pós-

-estruturalistas, o que certamente lhe possibilitou uma especial expertise desconstrutivista. O primeiro artigo aqui incluído, "O que é a contrassexualidade", desenvolve a ideia central de seu livro *Manifesto contrassexual*,⁹ a ideia de um corpo não binário. Em discussão com Michel Foucault, considera a sexualidade como tecnologia, na qual os elementos do sistema sexo/gênero são máquinas, produtos, aparelhos, próteses, programas ou conexões. Enfim, considera o sexo como tecnologia biopolítica de dominação heterosocial. Além da ideia de contrassexualidade, a noção de *multidão queer*, discutida no artigo "Multidões queer: notas para uma política dos 'anormais'" é um dos eixos da obra de Preciado. Ele parte da ideia de Teresa de Lauretis de "desidentificação" enquanto desontologização das identidades, para definir o que seria o sujeito das estratégias políticas das multidões queer em direção à conquista de voz por essas minorias. A política das multidões queer se compromete com a criação de condições para "um exercício total de enunciação, a história de uma inversão da força performativa dos discursos e de uma reapropriação das tecnologias sexopolíticas de produção dos corpos dos 'anormais'" em oposição às epistemologias sexopolíticas heteronormativas, que dominam ainda a produção da ciência.

Preciado revoluciona em vários campos. Faz política quando produz "contraconceitos", faz política quando procura formas de transformar estes conceitos-ação, faz teoria quando relata politicamente sua própria experiência de redesignação sexual.

Este livro e esta introdução, como apontado no início, foram pensados como um repertório ou um apoio para os estudos de gênero e para o ativismo feminista. Seu desenho, suas escolhas, são totalmente pessoais e revelam uma trajetória de pensamento e de estudos identificada apenas com minha experiência intelectual. Simplificando, este livro é um compartilhar de leituras e de descobertas. Mas é também um alerta, subentendido na sequência de seus capítulos, para que o feminismo do século XXI coloque na agenda a urgência do questionamento às tão perigosas quanto dissimuladas tecnologias de produção das sexualidades e a responsabilidade de recusar qualquer hierarquia ou prioridade na luta contra a opressão de todas as mulheres, em suas mais diversas características de gênero, raça, etnia ou religião.

NOTAS

- 1 Radical enblans, 1971. Manifesto lançado no Second Congress to Unite Women no dia 1º de maio de 1970. Esse manifesto é considerado o documento fundador no feminismo lésbico.
- 2 Donna Haraway, "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective", *Feminist Studies*, vol. 14, nº 3, 1998, p. 575-599.
- 3 Jeremy Faunt, *Knowledge in an Uncertain World*, Nova York: Oxford University Press, 2009.
- 4 Miranda Fricker, *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*, Nova York: Oxford University Press, 2007.
- 5 Gender Trouble: the Subversion of Identity, Nova York: Routledge, 1990.
- 6 Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- 7 Linda Alcoff, "The problem of speaking for others", *Cultural Critique*, nº 20, 1991-1992, p. 5-32.
- 8 Publicado sob o título *Caliban and the Witch: Women, the Body, and Primitive Accumulation*, Nova York: Autonomedia, 2004. E no Brasil, *Calibã e a bruxa* foi publicado pela editora Elefante em 2017.
- 9 Paul B. Preciado, *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*, São Paulo: N-1 Edições, 2004.

**gênero
como
método**

O destino do feminismo na era neoliberal apresenta um paradoxo. Por um lado, o movimento contracultural relativamente pequeno do momento anterior se expandiu exponencialmente, disseminando com sucesso suas ideias pelo mundo. Por outro lado, as ideias feministas se submeteram a uma mudança sutil de validade no novo contexto econômico.

Nancy Fraser

Feminismo, capitalismo e a astúcia da história

Nancy Fraser

QUERO OLHAR PARA A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO. Não para uma corrente específica, uma tendência da produção teórica ou para recortes geográficos ou sociológicos; quero, ao contrário, tentar analisar a segunda onda do feminismo no seu conjunto, como fenômeno social que marcou uma época. Pensando nos últimos quase quarenta anos de ativismo feminista, quero arriscar uma avaliação geral da trajetória e da importância histórica do movimento. Espero que esse olhar para o passado nos ajude a olhar para o futuro. Reconstruindo o caminho percorrido, espero lançar luz sobre os desafios que enfrentamos hoje – nessa época de intensa crise econômica, incerteza social e realinhamento político.¹

Vou, portanto, falar sobre os contornos e o significado geral da segunda onda do feminismo. Narrativa histórica e análise socioteórica em partes iguais, meu relato se apoia em três momentos – e cada um deles nos permite situar a segunda onda do feminismo em momentos específicos da história do capitalismo. O primeiro se refere aos primórdios do movimento, no que chamo de “capitalismo organizado pelo Estado”. Nesse artigo, eu me proponho a mapear o surgimento da segunda onda do feminismo a partir da *nova esquerda* anti-imperialista, como um questionamento radical ao androcentrismo que permeia as sociedades capitalistas lideradas pelo Estado no pós-guerra. Conceituando essa fase, identifiquei a promessa emancipatória fundamental do movimento com seu

sentimento expandido de injustiça e sua crítica estrutural da sociedade. O segundo momento se refere à evolução do feminismo em um contexto social drasticamente modificado pelo neoliberalismo ascendente. A esse respeito, quero não só traçar os sucessos extraordinários do movimento, mas também a perturbadora convergência de alguns de seus ideais com as exigências de uma nova forma emergente do capitalismo pós-fordista, “desorganizada”, transnacional. Na conceituação dessa fase, eu me pergunto se a segunda onda do feminismo forneceu inconscientemente um ingrediente fundamental do que Luc Boltanski e Ève Chiapello chamam de “o novo espírito do capitalismo”. O terceiro momento faz referência a uma possível reorientação do feminismo na atual crise capitalista e o realinhamento político estadunidense, que poderia marcar uma guinada na direção de uma nova forma de organização social. Nesse ponto, examino as possibilidades abertas pela recuperação da promessa emancipatória do feminismo em um mundo que foi golpeado pelas crises do capital financeiro e da hegemonia dos Estados Unidos, e que agora espera o desdobramento do governo Barack Obama.

De modo geral, situo a trajetória da segunda onda feminista em relação à recente história do capitalismo. Assim, espero contribuir com a recuperação da teorização feminista-socialista que me inspirou décadas atrás e que ainda parece oferecer nossa melhor esperança para evidenciar as possibilidades de justiça de gênero na atualidade. Meu objetivo, contudo, não é reciclar teorias de sistemas duais obsoletos, e sim integrar o melhor das novas teorias feministas com o melhor das novas teorias críticas do capitalismo.

Para esclarecer a lógica por trás dessa abordagem, deixe-me explicar meu descontentamento com o que talvez seja a visão mais comum sobre a segunda onda do feminismo. Dizem, frequentemente, que o sucesso relativo do movimento na transformação da cultura contrasta nitidamente com seu relativo fracasso na transformação das instituições. Essa avaliação tem duplo sentido: por um lado, os ideais feministas de igualdade de gênero, tão controversos nas décadas anteriores, agora são populares e fazem parte do imaginário social; por outro lado, eles ainda têm que ser colocados em prática. Assim, as críticas feministas sobre, por exemplo, assédio sexual, tráfico de mulheres e desigualdade salarial, que pareciam revolucionárias pouco tempo atrás, são princípios amplamente apoiados hoje; contudo, essa mudança drástica de comportamento no nível das

atitudes não eliminou, de forma alguma, tais práticas. Frequentemente argumenta-se: a segunda onda do feminismo provocou uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas *mentalités* não se transformou (ainda) em mudança estrutural e institucional.

É de se considerar esse ponto de vista que acertadamente registra a ampla aceitação atual das ideias feministas. Mas a tese da “falha institucional com sucesso cultural” não ilumina o suficiente a significação histórica e as possibilidades futuras da segunda onda do feminismo. Postular que as instituições ficaram defasadas em relação à cultura, como se uma pudesse mudar sem a outra, faz parecer que precisamos apenas fazer a primeira alcançar a última, a fim de colocar as esperanças feministas em prática. Uma possibilidade mais complexa e perturbadora é escondida: a difusão de atitudes culturais nascidas da segunda onda foi parte integrante de outra transformação social, inesperada e não proposta pelas ativistas feministas – uma transformação na organização social do capitalismo do pós-guerra. Essa possibilidade pode ser formulada melhor: as mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, que eram em si saudáveis, serviram para legitimar uma transformação estrutural da sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de uma sociedade justa.

Neste ensaio, meu objetivo é explorar essa possibilidade perturbadora. Minha hipótese pode ser colocada da seguinte maneira: o verdadeiro novo na segunda onda foi o entrelaçamento, na crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado, de três dimensões analiticamente distintas de injustiça de gênero: a econômica, a cultural e a política. Sujeitando o capitalismo organizado pelo Estado a um exame multifacetado e abrangente, no qual essas três perspectivas se misturam livremente, as feministas geraram uma crítica simultaneamente ramificada e sistemática. Porém, nas décadas seguintes, as três dimensões de injustiça se separaram – uma das outras e todas da crítica ao capitalismo. Com a fragmentação da crítica feminista, vieram a incorporação seletiva e a recuperação parcial de algumas de suas tendências. Separadas umas das outras, assim como da crítica social que as tinha integrado, as expectativas da segunda onda foram recrutadas a serviço de um projeto que estava profundamente em conflito com a nossa ampla visão holística de uma sociedade justa. Em um bom exemplo da astúcia da história, diversos utópicos encontraram segunda vida como correntes de sentimento

que legitimaram a transição para uma nova forma de capitalismo: pós-fordista, transnacional, neoliberal.

Nas próximas páginas, elaboro essa hipótese em três etapas que correspondem aos três momentos do esquema mencionado anteriormente. Em uma primeira etapa, reconstruirei a crítica da segunda onda feminista ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado em relação à integração com as três perspectivas sobre justiça - redistribuição, reconhecimento e representação. Na segunda etapa, esboçarei a desintegração dessa constelação e o recrutamento seletivo de algumas de suas tendências para legitimar o capitalismo neoliberal. Por último, a terceira etapa, onde pensarei nas possibilidades de recuperação da promessa emancipatória do feminismo no momento atual de crise econômica e abertura política.

FEMINISMO E O CAPITALISMO ORGANIZADO PELO ESTADO

Começo situando o surgimento da segunda onda do feminismo no contexto do capitalismo organizado pelo Estado. Por "capitalismo organizado pelo Estado", entendo a formação social hegemônica na era do pós-guerra, uma formação em que os estados exercem um papel ativo na condução de suas economias nacionais.² Estamos mais familiarizados com a forma assumida por esse capitalismo no que ficou conhecido como "Estado de bem-estar social", presente nos países do Primeiro Mundo, quando ferramentais keynesianas eram usadas para suavizar os ciclos de crescimento e queda endêmicos à economia capitalista. Baseando-se nas experiências da Crise de 1929 e dos planejamentos comuns a tempos de guerra, esses Estados implementaram várias formas de dirigismo, incluindo investimento infraestrutural, política industrial, tributação redistributiva, provisão social, regulamento empresarial, nacionalização de algumas indústrias chave e descomoditização de bens públicos. Embora os Estados mais ricos e poderosos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) fossem capazes de "organizar" o capitalismo com mais êxito nas décadas posteriores a 1945, uma variante do capitalismo organizado pelo Estado podia também ser encontrada no chamado Terceiro Mundo. Em ex-colônias empobrecidas, os "Estados desenvolvimentistas" recém independentes buscaram usar suas capacidades mais limitadas

para iniciar o crescimento econômico nacional por meio de políticas de substituição de importação, investimento infraestrutural, nacionalização de indústrias-chave e gastos públicos em educação.³

Em geral, então, uso esta expressão para falar dos "Estados de bem-estar social" da OCDE e das ex-colônias que viraram Estados desenvolvidos no pós-guerra. E foi, no fim das contas, nesses países que a segunda onda do feminismo apareceu primeiro, nos primeiros anos da década de 1970. Para explicar o que exatamente provocou essa explosão, destaco quatro características definidoras da cultura política do capitalismo organizado pelo Estado:

ECONOMICISMO. Por definição, o capitalismo organizado pelo Estado envolvia o uso do poder público para regular (e em alguns casos, substituir) os mercados econômicos. Essa foi em grande parte uma questão de gestão de crise no interesse do capital, mas, todavia, os Estados ganharam legitimidade política com sua declarada intenção em promover inclusão, igualdade social e solidariedade entre classes. No entanto, estes ideais foram interpretados de modo economicista e centrado na divisão de classes. Na cultura política do capitalismo organizado pelo Estado, as questões sociais foram estruturadas principalmente em termos distributivos, como assuntos relativos à distribuição equitativa de bens divisíveis, especialmente renda e empregos, enquanto as divisões sociais foram vistas principalmente por um prisma de classe. Assim, a injustiça social perfeita era a distribuição econômica injusta, e sua expressão paradigmática era a desigualdade de classes. O efeito deste imaginário centrado na divisão de classes e economicista era marginalizar, se não completamente ocultar, outras dimensões, locais e eixos de injustiça.

ANDROCENTRISMO. Nesse cenário, a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado via o cidadão de tipo ideal como um trabalhador homem pertencente à maioria étnica - chefe de casa e homem de família. Foi amplamente suposto, também, que seu salário deveria ser o principal, se não o exclusivo, sustento econômico de sua família, enquanto quaisquer ganhos financeiros de sua esposa deveriam ser meramente suplementares. Profundamente marcada pelo gênero, o construto "salário familiar" serviu tanto como um ideal social, conotando modernidade e mobilidade ascendente, quanto como base para as políticas públicas de

emprego, bem-estar social e desenvolvimento. Esse ideal iludiu a maioria das famílias, pois o salário de um homem raramente era por si só suficiente para sustentar os filhos e uma esposa sem emprego. E, ainda, a indústria fordista à qual o ideal se ligava logo seria tolhida por um florescente setor de serviços de baixos salários. Mas, nas décadas de 1950 e 1960, o salário familiar serviu para definir normas de gênero e para disciplinar aqueles que as infringiam, reforçando a autoridade dos homens em assuntos domésticos e canalizando aspirações ao consumo doméstico privatizado. Igualmente importante, por valorizar o trabalho assalariado, a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado apagou a importância social do trabalho não assalariado de cuidado da família e do trabalho reprodutivo. Institucionalizando compreensões androcêntricas de família e trabalho, ele naturalizou injustiças de gênero e as removeu de contestações políticas.

ESTATISMO. O capitalismo organizado pelo Estado também foi estatista, difundido com um ethos tecnocrático e gerencial. Usando peritos profissionais para planejar políticas e de organizações burocráticas para implementá-las, os Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas trataram aqueles a quem serviam mais como clientes, consumidores e contribuintes do que como cidadãos ativos. O resultado foi uma cultura despolitizada, que tratava questões de justiça como assuntos técnicos, que deviam ser solucionados com cálculos de peritos ou por meio de negociações corporativas. Longe de empoderados para interpretar suas necessidades democraticamente, por deliberação política e contestação, os cidadãos comuns foram posicionados (na melhor das hipóteses) como recipientes passivos de satisfações definidas e distribuídas de cima para baixo.

WESTFALIANISMO. Por fim, o capitalismo organizado pelo Estado foi, por definição, uma formação nacional que pretendia mobilizar as capacidades de Estados-nações no apoio ao desenvolvimento econômico nacional em nome - e nem sempre no interesse - da cidadania nacional. Possibilitada pela estrutura regulatória de Bretton Woods, essa formação se baseava em uma divisão de espaço político em unidades territorialmente limitadas. Como resultado, a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado institucionalizou a visão "westfaliana" de que o compromisso compulsório com a justiça só se aplica entre concidadãos. Subtendendo a maior parte da luta social na era do pós-guerra, essa visão canalizava

contestações de justiça nas arenas políticas internas de Estados territoriais. O efeito, apesar do simulacro de apoio aos direitos humanos internacionais e a solidariedade anti-imperialista, foi a truncagem do alcance da justiça, marginalizando, senão ofuscando ou escondendo completamente as injustiças transfronteiriças.⁴

Em geral, a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado era androcêntrica, androcêntrica, estatista e westfaliana - aspectos que foram alvo de ataque no final das décadas de 1960 e 1970. Naqueles anos de radicalismo explosivo, as feministas da segunda onda se juntaram às suas companheiras da nova esquerda e anti-imperialistas desafiando o economicismo, o estatismo e (em menor grau) o westfalianismo do capitalismo organizado pelo Estado, ao mesmo tempo que contestavam o androcentrismo do último - e com isso, o sexismo de seus camaradas e aliados. Consideremos esses pontos um a um.

SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO CONTRA O ECONOMICISMO. Rejeitando a identificação exclusiva de injustiça com a má distribuição de renda entre classes, as feministas da segunda onda se uniram a outros movimentos emancipatórios para romper o imaginário restritivo e economicista do capitalismo organizado pelo Estado. Politizando o "pessoal", elas expandiram o significado de justiça, reinterpretando como injustiças as desigualdades sociais que tinham sido negligenciadas, toleradas ou racionalizadas desde tempos imemoriais. Rejeitando tanto o foco exclusivo do marxismo na economia política quanto o foco do liberalismo na lei, elas desvendaram injustiças localizadas em outros lugares - na família e em tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana. As feministas da segunda onda ainda ampliaram o número de eixos que poderiam abrigar injustiças. Rejeitando a primazia das classes, as feministas-socialistas, as feministas negras e as feministas anti-imperialistas se opuseram aos esforços de feministas radicais para colocar o gênero em uma mesma posição de privilégio categórico. Focando não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa "interseccional" que é amplamente aceita hoje. As feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados, como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulhe-

res. Dessa maneira, elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também hierarquias de status e assimetrias do poder político. Com o benefício da visão retrospectiva, podemos dizer que elas substituíram a ideia monista e economicista de justiça por uma compreensão tridimensional mais ampla, que envolve economia, cultura e política.

O resultado não foi uma mera lista de questões isoladas. Ao contrário, o que relacionava a pleitora de injustiças recém-descobertas era a noção de que a subordinação das mulheres era sistêmica, fundamentada nas estruturas profundas da sociedade. As feministas da segunda onda discutiam, é claro, como melhor caracterizar a totalidade social em que se encontravam - como "patriarcado", como uma amálgama de "sistemas duais", um capitalista e um patriarcal; como um sistema imperialista mundial ou, a opção que prefiro, como uma forma historicamente específica: a sociedade capitalista organizada pelo Estado de forma androcêntrica, estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: (má) distribuição, (falta de) reconhecimento e (falta de) representação. Apesar das diferenças, a maior parte das feministas da segunda onda - com a notável exceção das feministas liberais - concordava que superar a subordinação das mulheres requeria transformar radicalmente as estruturas profundas da totalidade social. Esse compromisso comum para a transformação sistêmica coloca as origens do movimento em um amplo fermento emancipatório.

SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO CONTRA O ANDROCENTRISMO. Ainda que a segunda onda do feminismo participasse da atmosfera geral do radicalismo dos anos 1960, ela se mantinha em uma relação tensa com os outros movimentos emancipatórios. Seu objetivo principal, afinal de contas, era a injustiça de gênero do capitalismo organizado pelo Estado, o que estava longe de ser uma prioridade para os anti-imperialistas não feministas e os novos esquerdistas. Além de intensificar a crítica ao androcentrismo do capitalismo organizado pelo Estado, as feministas da segunda onda tinham também que confrontar o sexismo dentro da esquerda. Para as feministas liberais e radicais, isto não era um problema; elas podiam simplesmente se tornar separatistas e abandonar a esquerda. Para as feministas-socialistas, as feministas anti-imperialistas e as feministas de cor, ao contrário, a dificuldade era confrontar o sexismo dentro da esquerda e permanecer parte dela.

Durante certo tempo, as feministas-socialistas foram bem-sucedidas em manter esse difícil equilíbrio. Elas localizaram a essência do androcentrismo na divisão sexista do trabalho que sistematicamente desvalorizava atividades, remuneradas e não remuneradas que eram executadas por ou associadas a mulheres. Aplicando essa análise ao capitalismo organizado pelo Estado, elas revelaram as conexões profundamente estruturais entre a responsabilidade das mulheres com a maior parte dos cuidados não remunerados, a subordinação no matrimônio e na vida pessoal, a segmentação de gênero dos mercados de trabalho, a dominação do sistema político pelos homens, e o androcentrismo na provisão do bem-estar social, na política industrial e nos esquemas de desenvolvimento. Elas espuseram o salário familiar como o ponto em que convergiam a má distribuição de gênero, a falta de reconhecimento e a falta de representação. O resultado foi uma crítica que integrava economia, cultura e política em uma análise sistemática da subordinação das mulheres no capitalismo organizado pelo Estado. Longe de ter como objetivo simplesmente promover a incorporação completa das mulheres como assalariadas na sociedade capitalista, as feministas da segunda onda buscavam transformar as estruturas profundas do sistema e os valores que o estimulam - em parte descentralizando o trabalho assalariado e valorizando as atividades não assalariadas, especialmente os trabalhos que envolvem cuidado, socialmente necessários e executados por mulheres.

SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO CONTRA O ESTATISMO. As objeções das feministas ao capitalismo organizado pelo Estado se referiam tanto ao seu processo quanto ao seu conteúdo. Como os seus aliados da nova esquerda, elas rejeitaram o ethos burocrático-gerencial desse capitalismo. A crítica da organização fordista amplamente difundida nos anos 1960, elas acrescentaram uma análise de gênero, entendendo que a cultura de instituições de larga escala e hierarquizadas expressava a masculinidade modernizada do estrato profissional-gerencial do capitalismo organizado pelo Estado. Desenvolvendo um contra-ethos horizontal de conexão fraternal, as feministas da segunda onda criaram uma prática organizacional completamente nova com os grupos de conscientização. Buscando um caminho para cobrir a profunda divisão estatista entre teoria e prática, elas se intitularam como movimento contracultural democratizante - anti-hierárquico, participativo e popular. Em uma época em

que o acrônimo "ONG" ainda não existia, acadêmicas feministas, advogadas e assistentes sociais se identificaram mais com as bases do que com o ethos profissional reinante de especialistas despolitizadas.

Diferentemente de algumas das suas companheiras de contracultura, entretanto, a maioria das feministas não rejeitou as instituições estatais *simplíciter*. Buscando, pelo contrário, infundir nessas instituições valores feministas, elas vislumbraram um Estado democrático e participativo que empoderasse seus cidadãos. Reimaginando efetivamente a relação entre Estado e sociedade, elas buscaram transformar aqueles que eram vistos como passivos pela política desenvolvimentista e de bem-estar social em sujeitos ativos, que tivessem força para participar de processos democráticos de interpretação de necessidades. O objetivo, portanto, era menos desmontar as instituições estatais do que transformá-las em agências que promoveriam, e de fato expressariam, justiça de gênero.

SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO CONTRA E A FAVOR DO WESTFALIANISMO.

Mais ambivalente, talvez, tenha sido a relação do feminismo com a dimensão westfaliana do capitalismo organizado pelo Estado. Dadas suas origens na agitação global da época anti-Guerra do Vietnã, o movimento estava claramente disposto a ser sensível a injustiças transfronteiriças. Esse era o caso especialmente das feministas nos países em desenvolvimento, cuja crítica de gênero se misturava com uma crítica ao imperialismo. Mas nesses países, como em outros, a maioria das feministas viu os seus respectivos Estados como os principais destinatários de suas exigências. Assim, as feministas da segunda onda tendiam a reescrever a estrutura westfaliana na prática, mesmo quando elas a criticavam na teoria. Aquela estrutura, que dividiu o mundo em unidades políticas territoriais, permanecia como a opção padrão em uma época em que os Estados ainda pareciam possuir as capacidades necessárias para a direção social e na qual a tecnologia que permite a formação de redes transnacionais em tempo real ainda não estava disponível. No contexto do capitalismo organizado pelo Estado, então, o slogan "a irmandade é global" (ele mesmo já contestado como imperialista) funcionou mais como um gesto abstrato do que como um projeto político pós-westfaliano que poderia ser colocado em prática.

De modo geral, a segunda onda do feminismo permaneceu westfaliana de forma ambivalente, até mesmo quando rejeitava o economicismo, o androcentrismo e o estatismo do capitalismo organizado pelo Estado.

histórica no caráter do capitalismo, da variante "organizada pelo Estado", que acabou de ser analisada, para o neoliberalismo. Invertendo a fórmula anterior, que buscava "usar a política para domesticar o mercado", os proponentes desse novo capitalismo queriam usar o mercado para domesticar a política. Desmontando elementos chave da estrutura de Bretton Woods, eles eliminaram os controles de capital que tinham permitido a direção keynesiana em economias nacionais. No lugar do dirigismo, promoveram a privatização e a desregulamentação; em lugar de provisão pública e cidadania social, "trickle-down" e "responsabilização pessoal"; em lugar dos Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas, um Estado competitivo enxuto e mesquinho. Testada na América Latina, essa abordagem serviu para guiar boa parte da transição para o capitalismo nas regiões leste e central da Europa. Embora publicamente patrocinado por Thatcher e Reagan, foi aplicado gradual e desigualmente no Primeiro Mundo. No Terceiro, por outro lado, a neoliberalização foi imposta usando as dívidas externas como ameaça, como um programa forçado de "ajuste estrutural" que subverteu todos os princípios centrais do "desenvolvimentismo" e compeliu os Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrir os seus mercados e cortar gastos sociais.

Curiosamente, a segunda onda do feminismo prosperou nessas novas condições. O que tinha começado como um movimento contracultural radical estava agora a caminho de se tornar um fenômeno social de massa. Atraindo pessoas de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram as ideias que todos tinham de si mesmos. Buscava-se não só ampliar imensamente o número de ativistas, mas também transformar as visões do senso comum sobre família, trabalho e dignidade.

Foi mera coincidência a segunda onda do feminismo e o neoliberalismo prosperarem em conjunto? Ou havia uma afinidade eletiva perversa e subterrânea entre eles? Essa segunda possibilidade pode ser uma heresia, mas seria perigoso não investigá-la. Certamente, o surgimento do neoliberalismo mudou dramaticamente o terreno no qual a segunda onda do feminismo operava. A ideia, acredito eu, era "ressignificar" os ideais feministas.⁵ As aspirações que tinham impulsionado o movimento claro no contexto do capitalismo organizado pelo Estado assumiram um significado muito mais ambíguo na era neoliberal. Com os Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas sob ataque dos defensores do livre-mercado, as críticas

feministas do economicismo, androcentrismo, estatismo e westfalianismo assumiram uma nova valência. Deixe-me esclarecer essa dinâmica de resignificação olhando novamente para os quatro focos da crítica feminista.

ANDROCENTRISMO FEMINISTA RESSIGNIFICADO. A ascensão do neoliberalismo coincidiu com uma grande alteração da cultura política das sociedades capitalistas. Nesse período, as reivindicações por justiça foram cada vez mais expressadas como reivindicações pelo reconhecimento da identidade e da diferença.⁶ Com essa mudança "da redistribuição para o reconhecimento", vieram pressões poderosas para transformar a segunda onda do feminismo em uma variante das políticas identitárias. Uma variante progressista, de fato, mas que acabava gastando muito tempo na crítica da cultura, enquanto subestimava a crítica da economia política. Na prática, a tendência era subordinar as lutas socioeconômicas a lutas por reconhecimento; enquanto na academia, a teoria cultural feminista começava a se sobrepor à teoria social. O que tinha começado como proposta corretiva necessária para o economicismo recaiu com o tempo em um culturalismo igualmente unilateral. Assim, em vez de chegar a um paradigma mais amplo, mais rico, que poderia abranger tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, as feministas da segunda onda trocaram um paradigma incompleto por outro.

Além disso, o momento não poderia ter sido pior. A volta para o reconhecimento nitidamente se encaixou no neoliberalismo em ascensão que não queria nada mais do que reprimir qualquer memória de igualitarismo social. As feministas tornaram absoluta a crítica da cultura justamente no momento que as circunstâncias requeriam atenção redobrada à crítica da economia política. Conforme a crítica se fragmentava, a tendência cultural se tornava separada não apenas da tendência econômica, mas também da crítica do capitalismo que a integrara anteriormente. Separada da crítica do capitalismo e mobilizada para articulações alternativas, essas tendências poderiam ser explicadas no que Hester Eisenstein chamou de "uma conexão perigosa" com o neoliberalismo.⁷

ANDROCENTRISMO FEMINISTA RESSIGNIFICADO. Era só uma questão de tempo, portanto, até o neoliberalismo ressignificar a crítica feminista ao androcentrismo. Para explicar como, proponho a adaptação de um argumento feito por Luc Boltanski e Ève Chiapello. Em seu

importante livro, *The New Spirit of Capitalism*, eles argumentam que o capitalismo se refaz periodicamente em momentos de ruptura histórica, em parte recuperando as críticas antes dirigidas contra ele.⁸ Em tais momentos, elementos da crítica anticapitalista são ressignificados para legitimar uma forma nova e emergente do capitalismo, que assim se torna dotada da mais alta significação moral necessária para motivar novas gerações a arcar com o trabalho inerentemente sem sentido de acumulação infinita. Para Boltanski e Chiapello, o novo “espírito” que serviu para legitimar o capitalismo neoliberal flexível de nosso tempo foi adaptado da crítica “artística” da nova esquerda ao capitalismo organizado pelo Estado, que denunciou o conformismo cinzento da cultura corporativa. Foi no auge do Maio de 1968, afirmam, que os teóricos de gestão neoliberais propuseram um novo capitalismo “conexcionista”, “de projeto”, em que as hierarquias organizacionais rígidas dariam lugar a equipes horizontais e redes flexíveis, liberando, assim, a criatividade individual. O resultado foi uma nova narrativa do capitalismo com efeitos no mundo real – uma narrativa que envolveu os impulsos tecnológicos do Vale do Silício e que hoje encontra sua mais pura expressão no ethos da Google.

O argumento de Boltanski e Chiapello é original e profundo. Contudo, à medida que não enxerga questões de gênero, ele deixa de compreender o caráter completo do espírito do capitalismo neoliberal. De fato, tal espírito inclui uma narrativa masculinista do indivíduo livre, desimpedido, autodelado, que eles descrevem apropriadamente. Mas o capitalismo neoliberal tem tanto a ver com o Walmart, as maquiladoras e o microcrédito quanto com o Vale do Silício e a Google. E seus trabalhadores indispensáveis são desproporcionalmente mulheres, não apenas jovens mulheres solteiras, mas também mulheres casadas e mulheres com filhos; não só mulheres racializadas, mas virtualmente mulheres de todas as nacionalidades e etnias. Com a entrada em grande escala das mulheres nos mercados de trabalho ao redor do globo, foi necessário cortar na raiz o ideal do salário familiar do capitalismo organizado pelo Estado. No capitalismo neoliberal “desorganizado”, esse ideal foi substituído por um modelo familiar sustentado por dois assalariados. Não importa que a realidade que subjaz ao novo ideal sejam a queda dos níveis salariais, a diminuição da segurança no emprego, o declínio dos padrões de vida, o aumento abrupto no número de horas trabalhadas em troca de salários por família, a exacerbação da dupla jornada de trabalho – agora frequentemente uma

novela tripla ou quádrupla – e o aumento de lares chefiados por mulheres. O capitalismo desorganizado vende gato por lebre ao elaborar uma nova narrativa do avanço feminino e de justiça de gênero.

Por mais desconfortável que seja, acredito que a segunda onda do feminismo forneceu involuntariamente um ingrediente-chave do novo espírito do neoliberalismo. Nossa crítica do salário familiar hoje em dia fornece boa parte da narrativa que reveste o capitalismo flexível de um significado mais elevado e de um argumento moral. Dotando suas lutas diárias de significado ético, a narrativa feminista atrai mulheres nos dois extremos do espectro social: em um extremo, os quadros femininos das classes médias profissionais, determinadas a quebrar o teto de vidro; no outro, as trabalhadoras temporárias, de trabalho parcial, prestadoras de serviço de baixa remuneração, domésticas, prostitutas, migrantes, trabalhadores de Zonas de Processamento de Exportação (EPZ) e aqueles que utilizam microcrédito, buscando não apenas renda e segurança material, mas também dignidade, autoaperfeiçoamento e liberação em relação à autoridade tradicional. Dos dois lados, o sonho de emancipação das mulheres está subordinado à máquina do acúmulo capitalista. Assim, a crítica da segunda onda do feminismo ao salário familiar desfrutou de um pós-vida perverso. O que foi peça central da análise radical do neoliberalismo capitalista serve hoje para intensificar a valorização do trabalho assalariado do capitalismo.

ANTIESTATISMO FEMINISTA RESSIGNIFICADO. O neoliberalismo também ressignificou o antiestatismo do período anterior, tornando-o útil aos esquemas destinados a reduzir a ação estatal *tout court*. Nesse novo momento, parecia haver uma distância pequena entre a crítica ao paternalismo do Estado de bem-estar social da segunda onda do feminismo e a crítica de Thatcher ao Estado protecionista. Essa foi a experiência nos Estados Unidos, onde as feministas assistiram impotentes Bill Clinton transformar as críticas sutis que elas faziam a um sistema de assistência social, estigmatizante e precário em um plano para “acabar com o bem-estar social como o conhecemos” que aboliu o direito federal a um subsídio para a renda. Nas pós-colônias, ao mesmo tempo, a crítica ao androcentrismo do Estado desenvolvimentista se transformou em um entusiasmo com as ONGs, que emergiram em todos os lugares para preencher os vazios deixados pelos Estados cada vez menores. Certamente, as

melhores dessas organizações forneceram a populações destituídas de serviços públicos a ajuda material que necessitavam urgentemente. Contudo, acontecia frequentemente despolitização de grupos locais e distorção de suas agendas nas direções apontadas pelos financiadores que vinham do Primeiro Mundo. Pela própria natureza de quem preenche lacunas, a ação das ONGs fez pouco para desafiar a maré em retrocesso da provisão pública ou para construir apoio político para a ação estatal reativa.⁹

A explosão do microcrédito ilustra o dilema. Contrapondo os valores feministas de empoderamento e participação à burocracia indutora de passividade do estatismo hierárquico, os arquitetos desses projetos fizeram uma síntese inovadora de modelos de autoajuda individual e formação de redes comunitárias, supervisão por parte das ONGs e mecanismos de mercado - tudo isso com o objetivo de combater a pobreza e a subordinação das mulheres. Os resultados até aqui incluem um registro impressionante de pagamentos de empréstimo e evidências anecdóticas de vidas transformadas. Porém, o que tem sido ocultado no alvoroço feminista que cerca esses projetos é uma coincidência perturbadora: o microcrédito se desenvolveu exatamente quando os Estados abandonaram os esforços macroestruturais para combater a pobreza, esforços que os empréstimos em pequena escala não têm como substituir.¹⁰ Nesse caso, a crítica feminista do paternalismo burocrático também foi recuperada pelo neoliberalismo. A perspectiva que visava originalmente transformar o poder estatal em um veículo de empoderamento dos cidadãos e da justiça social é hoje usada para legitimar a mercantilização e a redução de despesas do Estado.

FEMINISTAS CONTRA E A FAVOR DO WESTFALIANISMO RESSIGNIFICADO.

Por fim, o neoliberalismo melhorou e piorou a relação ambivalente da segunda onda do feminismo com a estrutura westfaliana. Nesse novo contexto da "globalização", já não mais se diz que o Estado territorial delimitado é o único receptáculo legítimo das obrigações de justiça e das lutas a seu favor. As feministas se uniram aos ambientalistas, aos ativistas de direitos humanos e aos críticos da Organização Mundial de Comércio (OMC) para desafiar essa visão. Mobilizando as intuições pós-westfalianas que eram impraticáveis no capitalismo organizado pelo Estado, elas visam atingir as injustiças transfronteiriças que foram marginalizadas ou negligenciadas no momento anterior. Utilizando novas

de ambiguidades, suscetíveis a serem transformadas em legitimação de uma nova forma de capitalismo. Afinal de contas, é mais interessante a esse capitalismo confrontar reivindicações por reconhecimento em vez de reivindicações por redistribuição, na medida em que constrói um novo regime de acumulação sobre a pedra angular do trabalho assalariado das mulheres e busca separar os mercados de uma regulamentação social, a fim de operar ainda mais livremente em escala global.

UM FUTURO EM ABERTO?

Hoje, entretanto, esse capitalismo está em uma encruzilhada crítica. Certamente, a crise financeira global e a resposta decididamente pós-neoliberal por parte dos Estados principais – todos keynesianos agora – marcam o começo do fim do neoliberalismo como regime econômico. A eleição de Barack Obama pode sinalizar o repúdio decisivo, na boca do lobo, ao neoliberalismo como um projeto político. Podemos estar vendo as primeiras agitações de uma nova onda de mobilização destinada a articular uma alternativa. Talvez, conseqüentemente, nós estejamos à beira de outra “grande transformação”, tão volumosa e profunda quanto a que descrevi há pouco.

Nesse caso, então, a forma da sociedade sucessora será objeto de intensa contestação no período que se aproxima. E o feminismo vai se destacar com importância em tal contestação, em dois níveis diferentes. No primeiro, como o movimento social que delineei aqui, buscará garantir que o regime sucessor institucionalize um compromisso em relação à justiça de gênero. Mas também, no segundo, como uma construção discursiva geral que as feministas não possuem como antes e que já não controlam mais – um signifiante vazio do bem (semelhante, talvez, à “democracia”) que pode e será invocada para legitimar uma variedade de diferentes cenários, nem todos promotores de justiça de gênero. Fruto do feminismo como movimento social, esse sentido discursivo do “feminismo” se tornou traiçoeiro. À medida que o discurso se torna independente do movimento, ele é progressivamente confrontado com uma cópia estranha e sombria de si mesmo, uma cópia que não se pode simplesmente abraçar, nem negar completamente.¹²

Nesse artigo, tracei a dança desconcertante desses feminismos na mudança do capitalismo organizado pelo Estado para o neoliberal-

ismo. O que concluímos com isso? Nem a segunda onda do feminismo focou *simpliciter*, nem devemos culpá-la pelo triunfo do neoliberalismo. Certamente, não se trata dos ideais feministas serem inerentemente problemáticos; nem se trata deles estarem sempre condenados a ser resignificados para propósitos capitalistas. Concluo, ao contrário, que nós, para quem o feminismo é acima de tudo um movimento pela justiça de gênero, precisamos ampliar nossa consciência histórica, na medida em que operamos em um terreno que também está povoado pela nossa cópia estranha.

Para esse fim, permitam-me voltar à pergunta: o que explica, se é que se pode explicar, nosso “vínculo perigoso” com o neoliberalismo? Somos vítimas de uma coincidência infeliz? Aconteceu de estarmos no lugar errado no momento errado e assim cairmos como presas do mais sedutor dos oportunistas – um capitalismo tão indiscriminado que instrumentaliza qualquer perspectiva, até mesmo uma inerentemente estranha a ele? Ou, como sugeri anteriormente, existe alguma afinidade eletiva e subterrânea entre feminismo e neoliberalismo? Se tal afinidade existe, ela se encontra na crítica à autoridade tradicional.¹³ Essa autoridade é um alvo antigo do ativismo feminista que buscou, pelo menos desde Mary Wollstonecraft, emancipar as mulheres da sujeição pessoalizada aos homens, sejam eles pais, irmãos, padres, anciãos ou maridos. Mas a autoridade tradicional também aparece em alguns períodos como um obstáculo à expansão capitalista, parte do conteúdo social circundante em que os mercados historicamente foram incorporados e que serviu para delimitar a racionalidade econômica em uma esfera limitada.¹⁴ No momento atual, as duas críticas à autoridade tradicional, a feminista e a neoliberal, parecem convergir.

O feminismo e neoliberalismo divergem, por outro lado, quando tratam as formas pós-tradicionais de subordinação de gênero – coações na vida das mulheres que não adotam a forma de sujeição pessoalizada, mas surgem de processos estruturais ou sistêmicos nos quais as ações de muitas pessoas são mediadas de forma abstrata ou impessoal. Um caso paradigmático é o que Susan Okin caracterizou como “um ciclo de vulnerabilidade claramente assimétrica e socialmente provocada pelo casamento”, em que a responsabilidade tradicional das mulheres com a criação e a educação dos filhos ajuda a moldar os mercados de trabalho que as desfavorecem, resultando em um poder desigual no mercado econômico, o

que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família.¹⁶ Esses processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, conseqüentemente, eles devem se tornar o foco principal da crítica feminista, à medida que buscamos nos diferenciar do neoliberalismo e evitar a ressignificação feita por ele. O objetivo, certamente, não é abandonar a luta contra a autoridade masculina tradicional, que se mantém necessária na crítica feminista. É, ao contrário, impedir a passagem fácil de tal crítica para seu duplo neoliberal - sobretudo reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica ao sistema capitalista que, mesmo promovendo certa liberação, apenas substitui um modo de dominação por outro.

Na esperança de avançar nessa agenda, concluo revisitando pela última vez os quatro focos da crítica feminista.

ANTIECONOMICISMO PÓS-NEOLIBERAL. O possível abandono do neoliberalismo oferece a oportunidade de reativar a promessa emancipatória da segunda onda do feminismo. Adotando uma análise plenamente tridimensional da injustiça, poderíamos agora integrar de um modo mais equilibrado as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação que se fragmentaram. Fundamentando esses aspectos indispensáveis da crítica feminista em um sentido robusto e atualizado da totalidade social, devemos reconectar a crítica feminista à crítica ao capitalismo - e assim reposicionar o feminismo à esquerda.

ANTIANDROCENTRISMO PÓS-NEOLIBERAL. Da mesma forma, a possível mudança para uma sociedade pós-neoliberal oferece a chance de romper a ligação espúria entre nossa crítica do salário familiar e o capitalismo flexível. Reivindicando nossa crítica ao androcentrismo, as feministas podem lutar por uma forma de vida que descentralize o trabalho assalariado e valorize atividades desmercadorizadas, como os trabalhos de cuidado. Agora executadas amplamente por mulheres, tais atividades devem se tornar componentes valiosos de uma vida boa para todos.

ANTIESTATISMO PÓS-NEOLIBERAL. A crise do neoliberalismo também oferece a chance de romper a ligação entre nossa crítica ao estatismo e à mercantilização. Reivindicando o manto da democracia participativa, as feministas podem agora lutar por uma nova organização do poder políti-

co, que subordine o gerencialismo burocrático ao aumento do poder dos cidadãos. Porém, o objetivo não é dissipar, mas fortalecer o poder público. Assim, a democracia participativa que buscamos hoje é uma que use a política para domesticar o mercado e guiar a sociedade nos interesses da justiça.

ANTIWESTFALIANISMO PÓS-NEOLIBERAL. Finalmente, a crise do neoliberalismo oferece a chance de solucionar, de um modo produtivo, nossa ambivalência há muito existente com a estrutura westfaliana. Dado o alcance transnacional do capital, as capacidades públicas necessárias hoje não podem ser alojadas exclusivamente no Estado territorial. Aqui, conseqüentemente, a tarefa é romper a identificação exclusiva da democracia com comunidades políticas delimitadas. Juntando outras forças progressistas, as feministas podem lutar por uma nova ordem política pós-westfaliana - uma ordem escalar múltipla que seja democrática em todos os níveis. Combinando subsidiariedade com participação, a nova constelação de poderes democráticos deve ser capaz de retificar as injustiças em todas as dimensões, ao longo de todos os eixos e em todas as escalas, incluindo injustiças transfronteiriças.

Estou sugerindo, então, que esse é o momento em que as feministas devem pensar grande. Tendo observado como o violento ataque neoliberal instrumentalizou nossas melhores ideias, temos uma abertura agora para reivindicá-las. Aproveitando esse momento, podemos dar um passo importante na transformação iminente em direção à justiça - e não apenas no que diz respeito a gênero.

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO SOB O TÍTULO "FEMINISM, CAPITALISM AND THE CUNNING OF HISTORY", *NEW LEFT REVIEW*, Nº 56, LONDRES: NLR, 2009, P. 97-117. TRADUÇÃO DE ANSELMO DA COSTA FILHO E BÁVIO CAVALCANTE, *REVISTA MÊDIACÇÕES*, VOL. 14, Nº 2, LONDRINA, 2009, P. 11-33. VERSÃO REVISADA POR PÉ MOREIRA.

NOTAS

1 Este ensaio teve início como uma apresentação no Colóquio de Cartona sobre "Gênero e Cidadania: novos e velhos dilemas, entre a igualdade e a diferença", realizado em novembro de 2008. Pelos comentários, agradeço aos participantes do colóquio, especialmente a Bianca Beccali, Jane Mansbridge, Ruth Milkman e Eli Zaretsky; também aos participantes de um seminário na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) no Groupe de Sociologie Politique et Morale, especialmente a Luc Boltanski, Estelle Ferrarese, Sandra Laugier, Patricia Paperman e Laurent Thévenot.

- 3 Para uma discussão desses termos, ver Friedrich Pollock, "State Capitalism: its possibilities and limitations", in Andrew Arato e Elke Gebhardt (ed.), *The essential Frankfurt school reader*, Londres/Nova York: Couthnuum, 1982, p. 71-94.
- 3 A vida econômica no bloco comunista foi notoriamente organizada pelo Estado, e há aqueles que ainda insistiriam em chamá-la de capitalismo organizado pelo Estado. Embora possa haver alguma verdade nessa visão, segurei o caminho mais convencional de excluir a região do meu estudo, nesse primeiro momento, em parte porque a segunda onda do feminismo só aparece como força política nos países ex-comunistas depois de 1989.
- 4 Para uma análise mais ampla do "imaginário político westfaliano", ver Nancy Fraser, "Reframing justice in a globalizing world", in *New Left Review*, n.º 36, Londres: NLR, 2005, p. 69-88.
- 5 Tomo emprestado o termo "ressignificação" de Judith Butler, "Contingent Foundations", in Seyla Benhabib, Judith Butler, Durrilla Cornell e Nancy Fraser, *Feminist Contestations: A philosophical exchange*, Londres: Routledge, 1994. ["Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo", *Cadernos Pagu*, n.º 11, Campinas, 1998].
- 6 Para essa mudança na gramática das reivindicações políticas, ver Nancy Fraser, "From Redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'post-socialist' age", *New Left Review*, Londres, n.º 1/212, jul/ago 1995. ["Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas na justiça na era pós-socialista", in Jessé Souza (org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*, Brasília: Editora da UnB, 2001].
- 7 Hester Eisenstein, "A Dangerous Liaison? Feminism and Corporate Globalization", *Science and Society*, vol. 69, n.º 3, 2005.
- 8 Luc Boltanski e Eve Chiapello, *The New Spirit of Capitalism*, Londres/Nova York, 2005. Para uma interpretação da psicanálise como o espírito da "segunda revolução industrial", que termina por colocar o feminismo como o espírito da "terceira", ver Eli Zaretsky, "Psychoanalysis and the Spirit of Capitalism", *Constellations*, vol. 15, n.º 3, 2008.
- 9 Sonia Alvarez, "Advocating Feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom'", *International Feminist Journal of Politics*, vol. 1, n.º 2, 1999; Carol Barton, "Global Women's Movements at a Crossroads", *Socialism and Democracy*, vol. 18, n.º 1, 2004.
- 10 Uma Narayan, "Informal sector work, microcredit and Third World women's empowerment: a critical perspective", artigo apresentado no xxii Congresso Mundial de Filosofia da Lei e Filosofia Social, Granada, mai 2005; Hester Eisenstein, "A dangerous liaison? Feminism and corporate globalization", *Science and Society*, Nova York, vol. 69, n.º 3, 2005.
- 11 Margaret Keck e Kathryn Sikkink, *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*, Ithaca, Nova York, 1998.
- 12 Essa fórmula de "feminismo e suas cópias" pode ser entendida em relação à eleição presidencial estadunidense de 2008, em que as cópias estranhas incluíam tanto Hillary Clinton como Sarah Palin.
- 13 Devo esse ponto a Eli Zaretsky (comunicação pessoal). Cf. Hester Eisenstein, "A dangerous liaison? Feminism and corporate globalization", *Science and Society*, Nova York, vol. 69, n.º 3, 2005.
- 14 Em alguns períodos, mas nem sempre. Em muitos contextos, o capitalismo está mais inclinado a se adaptar do que a desafiar a autoridade tradicional. Sobre a criação dos mercados, ver Karl Polanyi, *The great transformation: the political and economic origins of our time*, Boston: Beacon, 2001. [A grande transformação: as origens da nossa época, Rio de Janeiro: Campus, 1980.]
- 15 Susan Okin, *Justice, Gender and the Family*, Nova York: Basic Books, 1989, p. 138.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

Joan Scott

Gênero: uma categoria útil para análise histórica

Joan Boott

É QUE SE PROPÕEM A CODIFICAR os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história. Nem os professores da Oxford e nem a Academia Francesa foram inteiramente capazes de controlar a maré, de captar e fixar os sentidos livres do "jogo da invenção e da imaginação humana". Mary Wortley Montagu acrescentava ironia à sua denúncia do "belo sexo" ("meu único consolo em pertencer a este gênero é ter certeza de que nunca vou me casar com uma delas") fazendo uso, deliberadamente errado, da referência gramatical.¹ Ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram de forma figurada os termos gramaticais para evocar traços de caráter ou traços sexuais. Por exemplo, a utilização proposta pelo Dicionário da Língua Francesa de 1876 era: "Não se sabe qual é o seu gênero. Ele é macho ou fêmea. Fala-se de um homem muito retraído, cujos sentimentos são desconhecidos."² E Gladstone fazia esta distinção em 1878: "Atena não tinha nada do sexo, a não ser gênero, nada de mulher a não ser forma."³ Há pouco tempo - recente demais para que se possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais - as feministas começaram a utilizar a palavra "gênero" mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social

ação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. Escreviam três historiadoras feministas:

Aprendemos que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que, por mais hesitantes que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só uma nova história das mulheres, mas uma nova história.⁵

O modo como essa nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero fosse desenvolvido como categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e a raça eram explícitas; com efeito, os(as) pesquisadores(as) de estudos sobre a mulher que tinham uma visão política mais global recorriam regularmente a três categorias para escrever uma nova história.⁶ O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava primeiro o compromisso do(a) pesquisador(a) com a história que incluía a fala dos(as) oprimidos(as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão: assinalava também que esses(as) pesquisadores(as) levavam cientificamente em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, esses três eixos.

A ladainha "classe, raça e gênero" sugere uma paridade entre os três termos que, na realidade, não existe. Enquanto a categoria de "classe" está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de "raça" e de "gênero" não veiculam tais associações. Não há unanimidade entre os(as) que utilizam os conceitos de classe. Alguns(mas) pesquisadores(as) utilizam a noção de Weber, outros(as) utilizam a classe como fórmula heurística temporária. Além disso, quando mencionamos a "classe", trabalhamos "com" ou "contra" uma série de definições que, no caso do marxismo, implica a ideia de causalidade econômica e a visão do camião pelo qual a história avançou dialeticamente. Não existe esse tipo de clareza ou coerência nem para a categoria de "raça" nem para a de "gênero". No caso de "gênero", o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas quanto de simples referências às relações entre os sexos.

da relação entre os sexos. A relação com a gramática é, ao mesmo tempo, explícita e cheia de possibilidades inexploradas. Explícita, porque o uso gramatical implica regras formais que decorrem da designação de masculino ou feminino; cheia de possibilidades inexploradas, porque em vários idiomas indo-europeus existe uma terceira categoria - o "sexo indefinido ou neutro". Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permitem distinções ou agrupamentos separados.

No seu uso mais recente, "gênero" parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". "Gênero" sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se nas mulheres de forma muito estreita e isolada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo essa opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão poderia existir por meio de um estudo inteiramente separado. Assim, Nathalie Davis dizia em 1975:

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la.⁴

Ademais, e talvez o mais importante, "gênero" era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reava-

Entretanto, as(os) historiadoras(es) feministas que, como a maioria dos(as) historiadores(as), são formadas(os) para ficar mais à vontade com descrição do que com teoria, tentaram cada vez mais buscar formulações teóricas utilizáveis. Elas(es) fizeram isso pelo menos por duas razões. Primeiro porque a proliferação de estudos de caso na história das mulheres parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descon continuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes. Em seguida, porque a defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes da história das mulheres e seu estatuto, que permanece marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser medida pelos manuais, programas universitários e monografias), mostram os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos não os questionam de forma a abalar o seu poder e talvez transformá-los. Não foi suficiente para os(as) historiadores(as) das mulheres provar ou que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado ("as mulheres têm uma história separada dos homens, portanto deixemos as feministas fazerem a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente" ou "a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica"). No que diz respeito à participação das mulheres na história, a reação foi um interesse mínimo no melhor dos casos ("minha compreensão da Revolução Francesa não mudou quando eu descobri que as mulheres participaram dela"). O desafio lançado por essas reações é, em última análise, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise.

Na sua maioria, as tentativas dos(as) historiadores(as) de teorizar sobre gênero não fugiram dos quadros tradicionais das ciências sociais: eles(as) utilizam as formulações antigas que propõem explicações causais univariadas. Essas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado, porque elas tendem a incluir generalizações redutoras ou simples demais que minam não só o sentido da complexidade da causalidade social tal qual proposta pela história como disciplina, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levam à mudança. Um exame crítico dessas teorias mostrará os seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa.⁷

As abordagens utilizadas pela maioria dos(as) historiadores(as) se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretá-las, explicar ou lhes atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e por que tomam a forma que eles têm.

No seu uso recente mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Livros e artigos de todo tipo que tinham como tema a história das mulheres substituíram em seus títulos o termo "mulheres" pelo termo "gênero". Em alguns casos, este uso, ainda que se referindo vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, porque ele tem conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política - pretensamente escandalosa - do feminismo. Neste uso, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto a expressão "história das mulheres" revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o "gênero" inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. O uso do "gênero" é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980.

Mas isso é só um aspecto. "Gênero", como substituto de "mulheres", é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens; que um implica o estudo do outro. Esse uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais" - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.⁸ Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato de os(as) pesquisadores(as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) "os papéis sexuais", eles(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do "gênero" coloca ênfase sobre o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

Os usos descritivos do gênero foram utilizados pelos(as) historiadores(as), na maioria dos casos, para mapear um novo terreno. Na medida em que os(as) historiadores(as) sociais se voltavam para novos temas de estudo, o gênero dizia respeito apenas a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias do gênero. Em outras palavras, esse uso do gênero só se refere aos domínios - tanto estruturais quanto ideológicos - que implicam relações entre os sexos. Porque, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm explicitamente a ver com essas relações. O gênero parece não se aplicar a esses objetivos e, portanto, continua irrelevante para a reflexão dos(as) historiadores(as) que traba-

ham com o político e o poder. Isso tem como resultado a adesão a uma certa visão funcionalista baseada, em última análise, na biologia e na perpetuação da ideia de esferas separadas na escritura da história (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens). Mesmo se nesse uso o termo "gênero" afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são; ele não diz como elas funcionam ou mudam. No seu uso descritivo, "gênero" é, portanto, um conceito associado ao estudo das relações relativas às mulheres. O "gênero" é um novo tema, um novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.

Alguns(mas) historiadores(as) estavam, naturalmente, conscientes desse problema; daí os esforços para empregar teorias que possam explicar o conceito de gênero e explicar a mudança histórica. De fato, o desafio é a reconciliação da teoria, que era concebida em termos gerais ou universais, com a história que estava tratando do estudo de contextos específicos e da mudança fundamental. O resultado foi muito eclético: empréstimos parciais que enviesam a forma de análise de uma teoria particular, ou pior, que empregam os seus preceitos sem ter consciência das suas implicações; ou então, tentativas para esclarecer a mudança, porque elas se embasam nas teorias universais e só conseguem mostrar temas inmutáveis; ou ainda, estudos maravilhosos e cheios de imaginação nos quais a teoria é, entretanto, tão escondida que esses estudos não podem ser utilizados como modelos para outras pesquisas. Como, frequentemente, as teorias que inspiraram os(as) historiadores(as) não foram claramente articuladas em todas as suas implicações, parece digno de interesse empregar algum tempo nesse exame. É unicamente com tal exercício que se pode avaliar a utilidade dessas teorias e talvez articular uma abordagem teórica mais poderosa.

Os(as) historiadores(as) feministas utilizaram uma série de abordagens na análise do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas.⁹ A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio da tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na "necessidade" do macho dominar as mulheres. Na adaptação engenhosa de Hegel, Mary O'Brien, define a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua privação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto. A fonte da libertação das mulheres se encontra "numa compreensão adequada do processo de reprodução", numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste.¹⁰ Para Shulamith Firestone, a reprodução era também aquela "âmarga armadilha" para as mulheres. Entretanto, na sua análise mais materialista, a libertação das mulheres viria das transformações na tecnologia de reprodução, que poderia, no futuro próximo, eliminar a necessidade do corpo das mulheres como agente da reprodução da espécie.¹¹

Se a reprodução era a chave do patriarcado para algumas teóricas, para outras a resposta encontrava-se na sexualidade em si. As formulações audaciosas de Catharine MacKinnon são criações próprias, mas ao mesmo tempo características de certa abordagem: "A sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que nos pertence mais e, no entanto, nos é mais alienado." A reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ele alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à coerção e o mito à realidade. "O homem como a mulher: sujeito, verbo, objeto."¹² Continuando a sua analogia com Marx, MacKinnon propôs como método de análise feminista, no lugar do materialismo dialético, os grupos de consciência. Expressando a experiência comum de reificação, dizia ela, as mulheres são levadas a compreender a sua identidade comum e são levadas para a ação política. Na análise de MacKinnon, apesar do fato de as relações sexuais serem definidas como sociais, não há nada - fora a inerente desigualdade de relação sexual em si - que possa explicar por que o sistema de poder funciona assim. A fonte das relações desiguais entre os sexos é, afinal de contas, as relações desiguais entre os sexos. Apesar de afirmar que a desigualdade - que tem as suas origens na sexualidade - está integrada em "todo o sistema de relações sociais", ela não explica como esse sistema funciona.¹³

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, mas para alguns(mas) histo-

riadores(as) as suas teorias apresentam problemas. Primeiro, enquanto propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, afirmam que a dominação vem na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher ou que ela vem pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda diferença física tem um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade no gênero.¹⁴ Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano - fora qualquer construção sociocultural - e, portanto, a não historicidade do gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa.

As feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que são guiadas por uma teoria da história. Mas quaisquer que sejam as variações e as adaptações, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação "material" para o gênero limitou ou pelo menos atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. No caso em que se propõe uma solução baseada no duplo sistema (composto de dois domínios: o patriarcado e o capitalismo, que são separados mas em interação), como no caso em que a análise desenvolvida se refere mais estritamente aos debates marxistas ortodoxos sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros se encontra fora da divisão sexual do trabalho. Afinal de contas, famílias, lares e sexualidade são produtos da mudança dos modos de produção. É assim que Engels concluiu as suas explorações em *A origem da família*,¹⁵ é sobre isso que se baseia a análise da economista Heidi Hartmann. Ela insiste na necessidade de considerar o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas separados, mas em interação. Porém, na medida em que desenvolve a sua argumentação, a causalidade econômica torna-se prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção.¹⁶

Os primeiros debates entre as feministas marxistas giravam em torno dos mesmos problemas: a rejeição do essencialismo daqueles que defen-

dem que “as exigências da reprodução biológica” determinam a divisão sexual do trabalho pelo capitalismo; o caráter fútil da integração dos “modos de reprodução” nos debates sobre os modos de produção (a ideia de que a reprodução permanece uma categoria oposta e não tem um estatuto equivalente ao de modo de produção); o reconhecimento de que os sistemas econômicos não determinam de forma direta as relações de gênero e que de fato a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas e naturais.¹⁷ Uma tentativa importante para sair desse círculo vem de Joan Kelly no seu ensaio “A dupla visão da teoria feminista”, em que ela defende que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero agiam reciprocamente uns sobre os outros para produzir experiências sociais e históricas; que nenhum dos dois sistemas era casual, mas que ambos “operavam simultaneamente para reproduzir as estruturas socioeconômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular”.¹⁸ A ideia de Kelly de que os sistemas de “gênero” teriam uma existência independente se constitui numa abertura conceitual decisiva, mas sua vontade de permanecer no quadro marxista levou-a a dar ênfase à causalidade econômica, inclusive no que diz respeito à determinação dos sistemas de gênero. “A relação entre os sexos ocorre em função das estruturas socioeconômicas e através destas; mas também em função de estruturas de gênero.” Kelly introduziu a ideia de uma “realidade social baseada no sexo”, mas tinha tendência a enfatizar o caráter social mais do que o sexual dessa realidade e, muitas vezes, o uso que ela fazia do “social” era concebido em termos de relações econômicas de produção.

A análise da sexualidade que foi mais longe entre as feministas marxistas americanas se encontra no *Powers of Desire (Poderes do desejo)*, um volume de ensaios publicados em 1983.¹⁹ Influenciadas pela importância crescente que era dada pelos militantes políticos e os pesquisadores da sexualidade, pela insistência do filósofo francês Michel Foucault no fato de que a sexualidade é produzida em contextos históricos, pela convicção de que a “revolução sexual” contemporânea exige uma análise séria, as autoras centraram suas interrogações na “política da sexualidade”. Dessa maneira, colocaram a questão da causalidade e propuseram uma série de soluções. De fato, o mais tocante nesse volume é a falta de unanimidade analítica e consequente clima de tensão na análise. Se as autoras indivi-

duais têm tendência a sublinhar a causalidade dos contextos sociais (que designam frequentemente o econômico), também sugerem a necessidade de estudar “a estruturação psíquica da identidade de gênero”. Se falam, às vezes, que a “ideologia de gênero reflete” as estruturas econômicas e sociais, também reconhecem de forma crucial a necessidade de se compreender a “ligação” complexa “entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente”.²⁰ De um lado, as responsáveis pela antologia adotam o argumento de Jessica Benjamin, segundo o qual, a política deveria integrar em sua análise a atenção “sobre componentes eróticos e fantasmáticos na vida humana”, mas, de outro lado, nenhum ensaio além do de Benjamin aborda plenamente ou seriamente as questões teóricas que ela defende.²¹ Em vez disso há, sobretudo, um pressuposto tácito que percorre o volume, segundo o qual o entendimento sobre o marxismo poderia ser ampliado para incluir as discussões sobre a ideologia, a cultura e a psicologia, e que esse alargamento será efetuado através de pesquisas sobre dados concretos, como aquelas que são feitas na maioria dos artigos. A vantagem de tal abordagem é que ela evita divergências agudas, e a sua desvantagem é que ela deixa intacta uma teoria já inteiramente articulada que leva mais uma vez a pensar as relações de sexo baseadas nas relações de produção.

Uma comparação entre as tentativas das feministas marxistas americanas - exploratórias e relativamente abrangentes - e as de suas homólogas inglesas, mais estreitamente ligadas à política de uma tradição marxista forte e viável, revela que as inglesas têm tido mais dificuldades em desafiá-las os limites de explicações estritamente deterministas. Essa dificuldade se expressa de forma espetacular nos recentes debates que foram publicados na *New Left Review* entre Michèle Barrett e seus (suas) críticos(as), que a acusavam de abandonar a análise materialista da divisão sexual do trabalho no capitalismo,²² mas também pelo fato de que os pesquisadores, que tinham iniciado uma tentativa feminista de reconciliação entre a psicanálise e o marxismo e insistido na possibilidade de certa fusão entre os dois, escolhem hoje uma ou outra dessas posições teóricas.²³ A dificuldade para as feministas inglesas e americanas que trabalham nos quadros do marxismo é aparente nas obras que mencionei aqui. O problema com o qual elas se defrontam é o inverso daqueles que a teoria do patriarcado defende. No interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise.

Um exame da teoria psicanalítica exige uma distinção entre as escolas, já que há a tendência de se classificar as diferenças de abordagem segundo as origens nacionais dos seus fundadores ou da maioria daqueles (as) que as aplicam. A Escola Anglo-Americana trabalha com os termos de teorias de relações de objeto "Object Relations Theory". Nos Estados Unidos, o nome de Nancy Chodorow é o mais associado a essa abordagem. Além disso, o trabalho de Carol Gilligan tem tido impacto muito grande sobre a produção científica americana, inclusive na área da história. O trabalho de Gilligan inspira-se no trabalho de Chodorow, mesmo que ele enfoque menos a construção do sujeito do que o desenvolvimento moral e o comportamento. Ao contrário da anglo-americana, a escola francesa baseia-se nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan).

As escolas, a anglo-americana e a francesa, interessam-se pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito; ambas centram o seu interesse nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto colocam ênfase na influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com as pessoas que cuidam dela e, particularmente, é claro, com os seus pais), ao passo que os pós-estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero (para os pós-estruturalistas, linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita). Outra diferença entre essas duas escolas de pensamento diz respeito ao inconsciente que, para Chodorow, é, em última instância, suscetível de compreensão consciente enquanto que para Lacan não o é. Para as lacanianas, o inconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito. Ademais, é o lugar de emergência da divisão sexual e, por essa razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito sexuado.

Nos anos recentes, as historiadoras feministas têm sido atraídas por essa teoria, ou porque ela permite fundamentar conclusões particulares para observações gerais ou porque ela parece oferecer uma formulação teórica importante no que diz respeito ao gênero. Cada vez mais, os(as) historiadores(as) que trabalham com o conceito de "cultura feminina" citam as obras de Chodorow e Gilligan como prova e explicação de

essas interpretações; os(as) que têm "problemas" com a teoria feminista seguem Lacan. Afinal de contas, nenhuma dessas teorias me parece particularmente utilizável pelos(as) historiadores(as); um olhar mais atento sobre cada uma delas poderia ajudar a explicar o porquê.

Minhas reticências à teoria das relações de objeto provêm do seu literalismo, do fato de que ela faz depender a produção da identidade de gênero e a gênese da mudança, de estruturas de interrelação relativamente pequenas. Tanto a divisão do trabalho na família quanto as tarefas atribuídas a cada um dos pais têm um papel crucial na teoria de Chodorow. O produto do sistema dominante ocidental é uma divisão nítida entre masculino e feminino: "O sentido feminino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo."²⁴ Segundo Chodorow, se os pais fossem mais envolvidos nos deveres parentais e mais presentes nas situações domésticas os resultados do drama edipiano seriam provavelmente diferentes.²⁵

Essa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, e para o(a) historiador(a) ela não deixa meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo) com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida, está implícito que as divisões sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê de elas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. Como podemos explicar no contexto dessa teoria a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão mais investidos na virilidade do que na feminilidade? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprendem essas associações e avaliações mesmo quando vivem fora de lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Não podemos fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero e o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não há experiência; e sem processo de significação, não há sentido.

A linguagem é o centro da teoria laciana; é a chave de acesso da criança à ordem simbólica. Por meio da linguagem é construída a iden-

tidade de gênero. Segundo Lacan, o falo é o significante central da diferença sexual, mas o sentido do falo tem que ser lido de forma metafórica. O drama edipiano leva a criança a conhecer os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do pai). A relação da criança com a lei depende da diferença sexual, da sua identificação imaginária (ou fantasmática) com a masculinidade ou feminilidade. Em outros termos, a imposição das regras da interação social é inerente e especificamente de gênero, já que a relação feminina com o falo é obrigatoriamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo quando parece coerente e fixa, é de fato extremamente instável. Da mesma forma que os sistemas de significações, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção que exigem a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos, a fim de assegurar (de criar a ilusão de) coerência e compreensão comuns. O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Desejos reprimidos são presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade e subvertendo sua necessidade de segurança. Ademais, as ideias conscientes do masculino e do feminino não são fixas, já que elas variam segundo os usos do contexto. Portanto, existe sempre um conflito entre a necessidade que o sujeito tem de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, a relatividade do seu significado e sua dependência em relação à repressão.²⁶ Esse tipo de interpretação torna problemáticas as categorias “homem” e “mulher”, sugerindo que o masculino e o feminino não são características inerentes e sim construções subjetivas (ou fictícias). Essa interpretação implica também que o sujeito se encontra num processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise. Enquanto tal, eu acho instrutiva.

No entanto, me incomoda a fixação exclusiva sobre as questões relativas ao sujeito individual e a tendência a reificar como a dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres. Ademais, mesmo ficando em aberto a maneira como o “sujeito” é construído, a teoria tende a universalizar as categorias e a relação entre o masculino e o feminino. A consequência para os(as) historiadores(as) é

uma leitura redutora dos dados do passado. Mesmo se essa teoria leva em consideração as relações sociais, relacionando a castração com a proibição e a lei, ela não permite a introdução de uma noção de especificidade e de variabilidade históricas. O falo é o único significante; o processo de construção do sujeito de gênero é, em última instância, previsível, já que é sempre o mesmo. Se nós pensarmos a construção da subjetividade em contextos históricos e sociais, como sugere a teórica de cinema Teresa de Lauretis, não há meio de precisar esses contextos nos termos propostos por Lacan. De fato, mesmo na tentativa de Lauretis, a realidade social (“as relações materiais, econômicas e interpersonais que são de fato sociais e, numa perspectiva mais ampla, históricas”) parece situar-se à revelia do sujeito.²⁷ Falta uma maneira de conceber a “realidade social” em termos de gênero.

O problema do antagonismo sexual nessa teoria tem dois aspectos: primeiro, ele projeta certa dimensão eterna, mesmo quando ela tem historicidade como em Sally Alexander. Sua leitura de Lacan a conduziu à conclusão de que o “antagonismo entre os sexos é um aspecto inevitável da aquisição da identidade sexual (...) Se o antagonismo é sempre latente, é possível que a história não possa oferecer uma solução, mas unicamente a reformulação e reorganização permanente da simbolização da diferença e da divisão sexual do trabalho.”²⁸

Talvez seja o meu otimismo incurável que me deixa cética diante dessa formulação, ou então o fato de que eu ainda não consegui me desfazer da “episteme” que Foucault chamava de Idade Clássica. Seja o que for, a formulação de Alexander contribui para a fixação da opinião binária masculino-feminino como a única relação possível e como aspecto permanente da condição humana. Ela perpetua, mais do que coloca em questão, o que Denise Riley chama de “insuportável aparência de eternidade da polaridade sexual”. Riley escreve: “O caráter historicamente construído da oposição (entre o masculino e o feminino) produz como um dos seus efeitos, justamente, a aparência de uma oposição invariável e monótona entre homens e mulheres.”²⁹

É exatamente essa oposição, com todo tédio e toda monotonia, que Carol Gilligan (para voltar aos anglo-saxônicos) coloca em evidência em seu trabalho. Gilligan explica os diferentes modos de desenvolvimento moral dos meninos e das meninas quanto às diferenças nas “experiências” (de realidade vivida). Não é surpreendente que os(as) historiadores(as) das mulheres tenham retomado suas ideias e as tenham utilizado

para explicar as "vozes diferentes" que o seu trabalho lhes havia permitido ouvir. Os problemas com esses empréstimos são diversos e logicamente conectados.³⁰ O primeiro problema que esse empréstimo coloca é um deslizamento que acontece frequentemente na atribuição da causalidade: a argumentação começa com a afirmação do tipo "a experiência das mulheres levam-nas a fazer escolhas morais que dependem dos contextos e das relações", para chegar à "mulheres pensam e escolhem esse caminho porque elas são mulheres". Encontramos implicadas nessa abordagem a noção a-histórica, se não essencialista, de mulheres. Gilligan e outros extrapolam sua própria descrição para todas as mulheres, baseados numa pequena amostra de alunos americanos do fim do século xx. Essa extrapolação é evidente, particularmente mas não exclusivamente, nas discussões da "cultura feminina" levadas por certos(as) historiadores(as) que, coletando dados desde as santas da Idade Média até as militantes sindicalistas modernas, utilizam-nos como provas da hipótese de Gilligan que admite que a preferência feminina pelo racional é universal.³¹ Esse uso das ideias de Gilligan se coloca em oposição flagrante às concepções mais complexas e históricas da "cultura feminina", que podemos encontrar no Simpósio de Estudos Feministas de 1980.³² Com efeito, uma comparação dessa série de artigos com as teorias de Gilligan mostra o quanto a sua noção é a-histórica, definindo a categoria mulher/homem como uma oposição binária que se autorreproduz, estabelecida sempre da mesma forma. Insistindo de forma simplificada nos dados históricos e nos resultados mais heterogêneos sobre o sexo e o raciocínio moral para sublinhar a diferença sexual, as feministas reforçam o tipo de pensamento que elas querem combater. Apesar de as feministas insistirem na reavaliação da categoria do "feminino" (Gilligan sugere que as escolhas morais das mulheres poderiam ser mais humanas do que as dos homens), elas não tratam da oposição binária em si mesma.

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer

oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas.³³ Em certo sentido as feministas, sem dúvida, só fizeram isso diante anos. A história do pensamento feminista é uma história da busca da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Os(as) historiadores(as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise.

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século xx. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século xviii até o começo do século xx. De fato, algumas dessas teorias construíram sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino; outras reconheceram uma "questão feminina"; outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos não tinha aparecido. Essa falta poderia explicar, em parte, a dificuldade que as feministas contemporâneas tiveram de integrar o termo gênero em conjuntos teóricos preexistentes e de vencer os adeptos de uma ou de outra escola teórica que o gênero faz parte do seu vocabulário. O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. A meu ver, é significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido em um momento de grande efervescência epistemológica entre pesquisadores em ciências sociais, efervescência que, em certos casos, toma a forma de uma evolução dos paradigmas científicos em direção a paradigmas literários (da ênfase colocada sobre a causa em direção à ênfase colocada sobre o sentido, misturando os gêneros da pesquisa segundo a formulação do antropólogo Clifford Geertz).³⁴ Em outros casos, essa evolução toma a forma de debate teórico entre aqueles que afirmam a transparência dos fatos e aqueles que insistem na ideia de que qualquer realidade é interpretada ou construída;

entre aqueles que defendem e aqueles que colocam em questão a ideia de que o "homem" é o senhor racional do seu próprio destino.

No espaço aberto por esse debate, do lado da crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como também encontraram aliados cientistas e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero a uma categoria de análise.

O que poderiam fazer os(as) historiadores(as) que afinal de contas viram a sua disciplina rejeitada por certos teóricos recentes como uma relíquia do pensamento humanista? Eu não acho que temos de deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas acho, em contrapartida, que temos de mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que consideramos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. É evidente que escolhemos problemas concretos para estudar e esses problemas constituem começos ou tomadas sobre processos complexos, mas são processos que precisamos ter sempre presentes na mente. É preciso nos perguntarmos mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir por que elas aconteceram. Segundo a formulação de Michelle Rosaldo, temos que procurar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa: "Me parece agora que o lugar das mulheres na vida social humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta."³⁵ Para fazer surgir o sentido, temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas interrelações, pois ambos têm importância crucial para compreender como funciona o gênero e como ocorre a mudança. Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos "campos de forças".³⁶ No seio desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de realização humana como um esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro

Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas de hoje, que querem necessariamente ligar as suas práticas à restauração do papel "tradicional" das mulheres, supostamente mais autêntico, enquanto na realidade há poucos antecedentes históricos que testemunhariam a realização incontestada de tal papel. O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. Esse é o terceiro aspecto das relações de gênero.

Alguns(mas) pesquisadores(as), notadamente antropólogos(as), reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando o seu olhar sobre o universo doméstico e a família como fundamento da organização social). Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal também faz parte do processo de construção do gênero). Não tem muito sentido limitar essas instituições à sua utilidade funcional para os sistemas de parentesco ou sustentar que as relações contemporâneas entre homens e mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco baseados nas trocas de mulheres.³⁷ O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco.

O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. Concordo com a ideia da antropóloga Gayle Rubin de que a psicanálise fornece uma teoria importante para a reprodução de gênero, uma descrição da "transformação da sexualidade biológica dos indivíduos na medida da sua aculturação".³⁸ Mas a pretensão universal da psicanálise me deixa cética. Mesmo que a teoria laciana possa ser útil para a reflexão sobre a construção de identidade de gênero, os(as) historiadores(as) precisam trabalhar de forma mais histórica. Se a identidade de gênero é unicamente e universalmente baseada no medo da castração, a pertinência da interrogação histórica é negada. Ademais, os homens e as mulheres reais não preen-

chem sempre os termos das prescrições da nossa sociedade ou das nossas categorias de análise. Os(as) historiadores(as) devem examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas. Não é surpreendente que as melhores tentativas nessa área tenham sido até hoje as biografias: a interpretação de Lou Andreas Salomé por Biddy Martin, o retrato de Catharine Beecher por Kathryn Sklar, a vida de Jessie Daniel Ames por Jacqueline Hall e a reflexão de Mary Hill sobre Charlotte Perkins Gilman. Mas os tratamentos coletivos são igualmente possíveis como mostram Mutallini Sinha e Lou Ratté em seus trabalhos respectivos sobre a construção de uma identidade de gênero entre os administradores coloniais britânicos nas Índias e para os indianos educados na cultura britânica que se tornaram dirigentes nacionalistas anti-imperialistas.³⁹

A primeira parte de minha definição de gênero é, portanto, composta desses quatro aspectos e nenhum deles pode operar sem os outros. No entanto, eles não operam simultaneamente como se um fosse o simples reflexo do outro. Com efeito, é uma questão para a pesquisa histórica saber quais são as relações entre eles. O esboço que propus do processo de construção das relações de gênero poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnia ou, por assim dizer, qualquer processo social. Meu objetivo era o de clarificar e especificar como é preciso pensar o efeito de gênero nas relações sociais e institucionais, porque essa reflexão não é geralmente feita de forma precisa e sistemática. Mas a teorização do gênero é apresentada na minha segunda proposta: o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder, no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Como tal, essa parte da definição poderia parecer como pertencendo à seção normativa da minha argumentação. Mas não é bem assim, porque os conceitos de poder, mesmo que reforcem o gênero, nem sempre dizem respeito literalmente ao gênero em si mesmo. O sociólogo francês Pierre Bourdieu escreveu sobre as maneiras como a "divisão do mundo", fundada em referências às "diferenças biológicas particularmente àquelas que tem relação com a divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução", opera como "a

mais fundamentada das ilusões coletivas". Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.⁴⁰ Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção da construção do poder em si. O antropólogo francês Maurice Godelier formulou a ideia desta forma:

Não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas sobretudo a sociedade que fantasma, na sexualidade, o corpo. As diferenças entre os corpos, que são ligadas ao sexo, são constantemente solicitadas para testemunhar as relações e os fenômenos sociais que não têm nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas testemunhar a favor, isto é, legitimar.⁴¹

A função de legitimação do gênero funciona de várias maneiras. Bourdieu, por exemplo, mostrou como em certas culturas a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que se baseavam em definições específicas da oposição masculino/feminino. Gayatri Spivak fez uma análise rica das utilizações do gênero e do colonialismo em certos textos de escritoras britânicas e americanas,⁴² e Natalie Davis mostrou como os conceitos de masculino e feminino eram ligados a percepções e críticas das regras da ordem social no primeiro período da França Moderna.⁴³ A historiadora Caroline Bynum esclareceu de forma nova a espiritualidade medieval pela ênfase que ela deu às relações entre o conceito do masculino e do feminino e o comportamento religioso. Seu trabalho nos permite compreender melhor as formas como os conceitos informavam a política das instituições monásticas e dos fiéis individuais.⁴⁴ Os(as) historiadores(as) da arte abrem novas perspectivas quando decifram as implicações sociais nas representações dos homens e das mulheres.⁴⁵ Essas interpretações estão baseadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é a forma principal de significar a diferenciação.⁴⁶ O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legítima e constrói as relações sociais, eles/

elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

A política só constitui um dos domínios em que o gênero pode ser utilizado para análise histórica. Eu escolhi por duas razões os exemplos seguintes ligados à política e ao poder no seu sentido mais tradicional, isto é, no que diz respeito ao governo e ao Estado-nação. Primeiro, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero foi percebido como uma categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política. Em seguida, porque a história política – que ainda é o modo dominante da interrogação histórica – foi o bastião de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero.

O gênero foi utilizado literalmente ou analogicamente pela teoria política para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou para expressar relações entre governantes e governados. Pode-se esperar que tenha existido debate entre os contemporâneos sobre os reinos de Elizabeth I da Inglaterra ou Catherine de Médicis na França em relação à capacidade das mulheres na direção política; mas, numa época em que parentesco e realidade eram intrinsecamente ligados, as discussões sobre os reis machos colocavam igualmente em jogo representações da masculinidade e da feminilidade.⁴⁷ As analogias com a relação marital constituem uma estrutura para os argumentos de Jean Bodin, Robert Filmer e John Locke. O ataque de Edmund Burke contra a revolução francesa se desenvolve em torno de um contraste entre as harpias feias e matadoras dos "sans culotes" ("as fúrias do inferno sob a forma desnaturada da mais vil das mulheres") e a "feminilidade doce" de Marie Antoinette que escapa à multidão para "procurar refúgio aos pés de um rei e de um marido" e cuja beleza tinha anti-gamente inspirado o orgulho nacional (referindo-se ao papel apropriado ao feminino na ordem política, Burke escreveu: "Para que se possa amar a nossa pátria, a nossa pátria tem que ser amável.").⁴⁸ Mas a analogia não diz respeito sempre ao casamento, nem mesmo à heterossexualidade. Na teoria política da Idade Média islâmica, o símbolo do poder político faz mais frequentemente alusão às relações sexuais entre um homem e um menino, sugerindo não só a existência de formas de sexualidade aceitáveis comparáveis aquelas que Foucault descreve (em seu último livro a respeito da Grécia Clássica), mas também a irrelevância das mulheres com qualquer noção de política ou de vida pública.⁴⁹

Para que esta última reflexão não seja interpretada como a ideia de que a teoria política reflete simplesmente a organização social, parece importante ressaltar que a mudança nas relações de gênero pode acontecer pelas considerações sobre as necessidades do Estado. Um exemplo importante é fornecido pela argumentação de Louis de Bonald, em 1816, sobre as razões pelas quais a legislação da Revolução Francesa sobre o divórcio deveria ser revogada:

Da mesma forma que a democracia política “permite ao povo, parte fraca da sociedade política, rebelar-se contra o poder estabelecido”, da mesma forma o divórcio, “verdadeira democracia doméstica”, permite à esposa, “parte mais fraca, se rebelar contra a autoridade do marido” (...) “a fim de manter o Estado fora do alcance do povo, é necessário manter a família fora do alcance das esposas e das crianças.”⁵⁰

Bonald começa com uma analogia para estabelecer, em seguida, uma correspondência direta entre o divórcio e a democracia. Retomando argumentos bem mais antigos a respeito da boa ordem familiar com o fundamento da boa ordem do Estado (a legislação que estabeleceu essa posição), redefiniu os limites da relação marital. Da mesma forma, em nossa época, os ideólogos políticos conservadores gostariam de fazer passar uma série de leis sobre a organização e o comportamento da família, que modificariam as práticas atuais. A ligação entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido bem observada mas não foi estudada a fundo. Em um momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, na hora em que Stalin tomou o controle da autoridade, na época da operacionalização da política nazista na Alemanha ou do triunfo aiatolá Khomeini no Irã, em todas essas circunstâncias, os dirigentes se afirmavam e legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os *outsiders*, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino). E traduziram literalmente esse código em leis que colocavam as mulheres no seu lugar, “proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres”.⁵¹ Essas ações e a sua programação têm pouco sentido em si mesmas. Na maioria dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou nada material a ganhar com o controle das mulheres.

Essas ações só podem adquirir sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação do poder. Uma afirmação de con-

trôle ou de força tomou a forma de uma política sobre as mulheres. Nesses exemplos, a diferença sexual tem sido concebida em termos de dominação e de controle das mulheres. Eles podem nos dar ideias sobre os diversos tipos de relações de poder que se constroem na história moderna, mas essa relação particular não constitui um tema político universal. Segundo modos diferentes, por exemplo, o regime democrático do século xx tem igualmente construído as suas ideologias políticas com base em conceitos de gênero que se traduziram em políticas concretas; o Estado Providência, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor através de leis dirigidas às mulheres e às crianças.⁵² Ao longo da história, alguns movimentos socialistas ou anarquistas recusaram completamente as metafóras de dominação, apresentando de forma imaginativa as suas críticas aos regimes e organizações sociais particulares em termos de transformação da identidade de gênero. Os socialistas utópicos na França e na Inglaterra, nos anos 1830 e 1840, conceberam sonhos de um futuro harmonioso em termos de naturezas complementares de indivíduos, ilustrados pela união do homem e da mulher, “o indivíduo social”.⁵³ Os anarquistas europeus eram conhecidos desde muito tempo pela recusa das convenções, como o casamento burguês, mas também pelas suas visões de mundo no qual as diferenças sexuais não implicariam hierarquia.

Faça-se de exemplos de ligações explícitas entre gênero e poder, mas elas são apenas uma parte da minha definição de gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. A articulação do conceito de classe no século XIX baseava-se no gênero. Quando, por exemplo, na França os reformadores burgueses descreviam os operários em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados como as prostitutas), os dirigentes operários e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe operária (produtores fortes, protetores das mulheres e das crianças). Os termos desse discurso não diziam respeito explicitamente ao gênero, mas eram reforçados na medida em que se referenciavam a ele. A codificação de gênero de certos termos estabelecia e “naturalizava” seus significados. Nesse processo, as definições normativas de gênero historicamente situadas

(e tomadas como dados) se reproduziram e se integraram na cultura da classe operária francesa.⁶⁴

Os temas da guerra, da diplomacia e da alta política aparecem frequentemente quando os(as) historiadores(as) da história política tradicional colocam em questão a utilidade do gênero para o seu trabalho. Mas lá também temos que olhar além dos atores e do valor literal das suas palavras. As relações de poder entre as nações e o estatuto dos súditos coloniais se tornaram compreensíveis (e, portanto, legítimos) em termos das relações entre masculino e feminino. A legitimação da guerra – sacrificar vidas de jovens para proteger o Estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender as mulheres e as crianças, que de outra forma seriam vulneráveis) até à crença no dever de que teriam os filhos que servir aos seus dirigentes ou ao rei (seu pai), e até associações entre masculinidade e potência nacional.⁶⁵ A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero, porque estabelece a importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Dessa forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como é que as coisas mudam? De modo geral, a mudança pode ter várias origens. Convulsões políticas de massa que joguem as antigas ordens no caos e façam surgir novos regimes, podem revisar os termos (e, portanto, a organização) do gênero na sua procura por novas formas de legitimação. Mas eles podem não fazê-lo; noções antigas de gênero serviram igualmente para validar novos regimes.⁶⁶ Crises demográficas causadas pela fome, peste ou guerras colocaram, às vezes, em questão as visões normativas do casamento heterossexual (em alguns meios de certos países no decorrer dos anos 1920), mas também, provocaram políticas natalistas que insistiram na importância exclusiva das funções

maternas e reprodutivas das mulheres.⁶⁷ A transformação das estruturas de emprego pode modificar as estratégias de casamento, pode oferecer novas possibilidades para a construção da subjetividade, mas também ser vivida como novo espaço de atividade para filhas e esposas obedientes.⁶⁸ A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a reinterpretção ou mesmo a reescritura da história edipiana, mas ela pode servir para atualizar esse drama terrível em termos ainda mais eloquentes. São os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – político no sentido de que vários atores e várias significações se enfrentam para conseguir o controle. A natureza desse processo, dos atores e das ações só pode ser determinada especificamente se for situada no espaço e no tempo. Só podemos escrever a história desse processo, se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda em si definições alternativas legadas ou reprimidas.

De alguma forma, a história política foi encenada no terreno do gênero, um terreno que parece fixado mas cujo sentido é contestado e flutuante. Se tratamos da oposição entre masculino e feminino como mais problemática do que conhecida, como alguma coisa que é definida e constantemente construída num contexto concreto, temos então que perguntar não só o que está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para justificar ou explicar suas posições, mas também como percepções implícitas de gênero são invocadas ou reativadas. Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder do Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais?⁶⁹ Para citar o título de um artigo da feminista francesa Luce Irigaray, “O sujeito da ciência é sexuado?”⁷⁰ Qual é a relação entre a política do Estado e a descoberta do crime de homossexualidade?⁷¹ Como as instituições sociais têm incorporado o gênero nos seus pressupostos e na sua organização? Já ouve conceitos de gênero realmente iguais sobre os quais foram projetados ou mesmo baseados sistemas políticos? A exploração dessas perguntas fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas a velhas questões (por exemplo, o poder político

é imposto, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá as antigas questões em termos novos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça.



TEXTO ORIGINALMENTE PUBLICADO SOB O TÍTULO "GENDER: A USEFUL CATEGORY OF HISTORICAL ANALYSIS", *THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW*, VOL. 91, Nº 5, NOVA YORK: AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION, 1986, P. 1053-1075. EDIÇÃO REVISTA PELA AUTORA: GENDER AND THE POLITICS OF HISTORY. NOVA YORK: COLUMBIA UNIVERSITY PRESS, 1989, P. 28-52. TRADUÇÃO DE CHRISTINE RUFINO DABAT E MARIA BETÂNIA ÁVILA, PUBLICADA PELA PRIMEIRA VEZ EM SEPARATA PELO SOS CORPO/INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA, RECIFE: SOS CORPO, 1991. EDIÇÃO REVISTA, *CADERNOS DE HISTÓRIA*, VOL. 11, Nº 11, RECIFE: UFPE, 2016, P. 9-39.

NOTAS

- 1 *Oxford English Dictionary*, vol. 4, Oxford: Oxford University Press, 1961.
- 2 Émile Littré, *Dictionnaire de langue française*, Paris: Hachette, 1876.
- 3 Raymond Williams, *Keywords: a vocabulary of culture and society*, Nova York: Oxford University Press, 1983, p. 285.
- 4 Natalie Zeman Davis, "Women's History in Transition: The European Case", *Feminist Studies*, nº 3, 1975-1976, p. 90.
- 5 Ann D. Gordon, Mari Jo Buhie e Nancy Schrom Dye, "The Problem of Women's History", in Berenice A. Carroll (ed.) *Liberating Women's History*, Urbana: University of Illinois Press, 1976, p. 75.
- 6 O melhor exemplo e o mais sutil é fornecido pelo artigo de Joan Kelly: "The Doubled Vision of Feminist Theory", in *Women, History, and Theory*, Chicago: University of Chicago Press, 1984, p. 51-64 e, em particular, p. 61.
- 7 Para um exame crítico das obras recentes sobre a história das mulheres, ver Joan Scott, "Women's History: The Modern Period", *Past and Present*, nº 101, 1983, p. 141-157.
- 8 Para uma argumentação contra a utilização do gênero para sublinhar o aspecto social da diferença sexual, ver Moira Gatens, "A Critic of the Sex/Gender Distinction", in Judith Allen e Paul Patton (eds.), *Beyond Marxism*, Leichhardt, n.s.w: Intervention Publications, 1985, p. 143-160. Concordo com seu argumento de que a distinção sexo/gênero confere determinação autônoma ou transparente ao corpo, não levando em conta o fato de que o que sabemos do corpo é um conhecimento produzido socialmente.
- 9 Para uma abordagem um pouco diferente da análise feminista, ver Linda J. Nicholson, *Gender and History: the Limits of Social Theory in the Age of the Family*, Nova York: Columbia UP, 1986.
- 10 Mary O'Brien, *The Politics of Reproduction*, Londres: Routledge & Keagan Paul, 1981, p. 8-15, 46.

- 11 Shulamith Firestone, *The Dialectic of Sex*, Nova York: Bantam Books, 1970. A expressão "amarga armadilha" (*bitter trap*) pertence a Mary O'Brien, *The Politics of Reproduction*, op. cit., p. 8.
- 12 Catharine Mackinnon, "Feminist, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory", *Signs*, nº 7, 1982, p. 515, 541.
- 13 *Ibid.*, p. 541, 543.
- 14 Para uma discussão interessante sobre a força e os limites do termo "patriarcado", ver o debate entre Sheila Rowbotham, Sally Alexander and Barbara Taylor, in Samuel Raphael (ed.), *People's History and Socialist Theory*, Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981, p. 363-373.
- 15 Friedrich Engels, *The Origins of the Family*, Nova York: International Publishers, 1972.
- 16 Heidi Hartmann, "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex", *Signs*, nº 1, 1976, p. 168.
- 17 Ver também "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union", *Capital and Class*, vol. 8, 1979, p. 1-33; "The Family as the Locus of Gender, Class and Political Struggle: the Example of Housework", *Signs*, nº 6, 1981, p. 366-394.
- 18 Um resumo do debate sobre feminismo marxista: Zillah Eisenstein, *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*, Nova York: Longman, 1981; Annette Kuhn, "Structures of Patriarchy and Capital in the Family", in Annette Kuhn e AnnMarie Wolpe (eds.), *Feminism and Materialism: Women and Modes of Production*, Londres: Routledge and Kegan Paul, 1978; Rosalind Coward, *Patriarchal Women? Experiences from Eastern Europe*, Boston: Beacon Press, 1974; Jane Humphries, "Working Class Family, Women's Liberation and Class Struggle: the Case of Nineteenth Century British History", *Review of Radical Political Economics*, 1971, 1, p. 241-258. Ver também o debate de Humphries sobre o trabalho, in *Review of Radical Political Economics*, vol. 13, 1980, p. 76-94.
- 19 Joan Kelly, "Doubled Vision of Feminist Theory", op. cit., p. 61.
- 20 Ann Snitow, Christine Stansell and Sharon Thompson (eds.), *Powers of Desire: the Politics of Sexuality*, Nova York: Monthly Review, 1983.
- 21 Ellen Ross e Rayna Rapp, "Sex and Society: a Research Note from Social History and Anthropology", in *Powers of Desire*, op. cit., p. 53.
- 22 "Introduction", in *Powers of Desire*, op. cit., p. 12; também Jessica Benjamin, "Master and Slave - The Fantasy of Erotic Domination", *Powers of Desire*, op. cit., p. 297.
- 23 Johanna Brenner e Maria Ramos, "Rethinking Women's Oppression", *New Left Review*, nº 144, mar/abr 1984, p. 33-71; Michèle Barrett, "Rethinking Women's Oppression: A Reply to Brenner and Ramos", *New Left Review*, nº 146, jul/ago 1984, p. 123-128; Angela Weir e Elizabeth Wilson, "The British Women Movement", *New Left Review*, nº 148, nov/dez 1984, p. 74-103; Michèle Barrett, "A Response to Weir and Wilson", *New Left Review*, nº 150, mar/abr 1985, p. 143-417; Jane Lewis, "The Debats on Sex and Class", *New Left Review*, nº 149, jan/fev 1985, p. 108-120; Ver também Hugh Armstrong e Pat Armstrong, "Beyond Sexless Class and Classless Sex", *Studies in Political Economy*, nº 10, 1983, p. 7-44; Hugh Armstrong e Pat Armstrong, "Comments: More on Marxist Feminism", *Studies in Political Economy*, nº 15, 1984, p. 179-184 e Jane Jensen, "Gender and Reproduction: or Babies and the State", artigo não publicado, jun 1985, p. 1-7.
- 24 Para formulações teóricas anteriores, ver *Papers on Patriarchy: Conference*, Londres: Women Publishing Collective, 1976. Sou grata a Jane Kaplan que me indicou essa publicação e que aceitou compartilhar comigo seu exemplar e suas ideias. Para a posição psicanalítica, ver Sally Alexander, "Women, Class and Sexual Difference", *History Workshop*, nº 17, 1984, p. 125-135. No decorrer dos seminários da Universidade de Princeton, no início de 1986, Juliet Mitchell pareceu voltar a dar prioridade à análise materialista do gênero. Para uma tentativa de ir além do impasse feminista marxista, ver Rosalind Coward, *Patriarchal Precedents: Sexuality and Social Relations*, Londres: Routledge and Kegan Paul, 1983. Ver também a brilhante tentativa americana iniciada por Gayle Rubin, "The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex" in Rayna Rapp Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, Nova York e Londres: Monthly Review Press, 1975, p. 167-168.
- 25 Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, California: Berkeley, 1978, p. 169.
- 26 Minha exposição sugere que esses problemas relativos ao gênero podem ser influenciados durante o período do complexo edipiano, mas não são unicamente o que está em jogo ou o

- desfecho deste. A negociação desses problemas ocorre num contexto que implica relações de objeto e de construções do "eu" mais amplas. Esses processos mais amplos têm a mesma influência sobre a formação da estrutura psíquica e sobre a vida psíquica e os modos das relações nos homens e nas mulheres. São responsáveis pelos modos diferenciais de identificação e de problemas edípicos mais assimétricos descritos pelos psicanalistas. Esses desfechos, bem como os desfechos edípicos, provêm da organização assimétrica das tarefas parentais, na qual a mãe tem o papel de parente principal e o pai situa-se a uma distância significativa e investe na socialização, particularmente, em áreas ligadas aos papéis de gênero tipificados. (Chodorow, *The Reproduction of Mothering*, op. cit., p. 166.) É importante notar que entre Chodorow e as teóricas britânicas da teoria das relações de objeto, que seguem o trabalho de Winnicott e Melanie Klein, há diferenças de interpretação e de abordagem. O trabalho de Chodorow seria melhor definido como uma teoria mais sociológica e mais socializada, mas ele constitui o ponto de vista dominante através do qual a teoria das relações de objeto foi abordada pelas feministas americanas. A respeito da história da teoria das relações de objeto nas suas relações com a política social, ver Denise Riley, *War in the Nursery: Theories of the Child and Mother*, Londres: Virago, 1983.
- 26 Juliet Mitchell e Jacqueline Rose (eds.), *Feminine Sexuality: Jacques Lacan and the École Freudienne*, Londres: WW Norton & Company, 1983; Sally Alexander, "Women, Class and Sexual Difference in the 1890s and 1840s: Some Reflections on the Writing of a Feminist History" in *History Workshop*, nº 17, 1984, p. 125-149.
- 27 Teresa de Lauretis, *Alice Doesn't: Feminist, Semiotics, Cinema*, Bloomington: Indiana University Press, 1984, p. 159.
- 28 Sally Alexander, "Women, Class and Sexual Difference", op. cit., p. 135.
- 29 Denise Riley, "Summary of Preamble to Interwar Feminist History/Work", artigo inédito apresentado no seminário do Pembroke Center, mai 1985, p. 11.
- 30 Carol Gilligan, *Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*, Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- 31 As críticas do livro de Gilligan estão em: Judy Auerbach et al., "Commentary on Gilligan's 'In a Different Voice'", *Feminist Studies*, Primavera de 1985; e "Women and Morality", número especial de *Social Research*, nº 50, 1983. Meus comentários sobre a tendência dos(as) historiadores(as) em citar Gilligan vêm das minhas leituras de trabalhos inéditos e de propostas de subvenção que parece injusto citar aqui. Há cinco anos acompanho esse tipo de referência e elas me parecem cada vez mais numerosas.
- 32 *Feminist Studies*, 6, 1980, p. 26-64.
- 33 Falando de "deconstrução", queria apelar para a formulação de Derrida que, sem inventar o processo de análise que descreve, apresenta a vantagem de teorizar e, portanto, pode constituir um método útil. Para uma discussão sucinta e acessível de Derrida, ver Jonathan Culler, *On Deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism*, Ithaca, Nova York: Cornell UP, 1982, em particular p. 156-179. Ver também Jacques Derrida, *On Grammatology*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976; Jacques Derrida, *Spurs*, Chicago: University of Chicago Press, 1979; e uma transcrição do seminário de Pembroke Center, 1983, *Subjects/objets*, Automne, 1984.
- 34 Clifford Geertz, "Blurred Genders", in *American Scholar*, nº 49, 1980, p. 165-179.
- 35 Michelle Zimbalist Rosaldo, "The Uses and Abuses of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding", *Signs*, nº 5, 1980, p. 400.
- 36 Michel Foucault, *The History of Sexuality*, vol. 1, *An Introduction*, Nova York: Pantheon, 1980; Michel Foucault, *Power/Knowledge: Selected Interviews and other Writings, 1972-1977*.
- 37 A respeito deste ponto, ver Gayle Rubin, "The Traffic in Women", p. 199, in Rayna R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, Nova York: Monthly Review Press, 1975, p. 157-210.
- 38 Idem.
- 39 Lou Ratté, "Gender Ambivalence in the Indian Nationalist Movement", artigo inédito, Seminário Pembroke Center, Spring 1983; Mrinalini Sinha, "Manliness: A Victorian Ideal and British Imperial Elite in India", artigo inédito, Departamento de História da Universidade Estadual de Nova York: Stony Brook, 1984; Mrinalini Sinha, "The Age of Consent Act: The Ideal of Masculinity and Colonial Ideology in Late 19th Century Bengal", Proceedings. Eighth International Symposium on Asian Studies, 1986, p. 1199-121.4.

- Pierre Bourdieu, *Le sens pratique*, Paris: Editions de Minuit, 1980, p. 346-47, 333-461 e, particularmente, p. 366.
- 30 Maurice Godelier, "The Origins of Male Domination", *New Left Review*, nº 127, mai/jun 1981, p. 17. Artigo publicado na França sob o título: "Les rapports hommes/femmes: le problème de la domination masculine", in *La condition féminine*, obra coletiva sob a direção de Cerm, Paris: Editions Sociales, 1978.
- 31 Jayati Chakravorty Spivak, "Three Women's Texts and a Critique of Imperialism", *Critical Inquiry*, nº 13, 1985, p. 243-246; ver também Kate Millet, *Sexual Politics*, Nova York: Avon, 1969. Esse trabalho examina as formas como as referências femininas funcionam nos maiores textos da filosofia ocidental em *Speculum of the other Woman*, Ithaca, Nova York: Cornell UP, 1985.
- 32 Leslie Zemon Davis, "Women on Toop", in *Society and Culture in Early Modern France*, California: Stanford University Press, Calif., 1975, p. 124-151.
- 33 Ver Caroline Walker Bynum, *Jesus as Mother: Studies in the Spirituality of the High Middle Ages*, Berkeley: University of California Press, 1982; "Fast, Feast and Flesh: The Religious Significance of Food to Medieval Women", *Representations*, nº 11, 1985, p. 1-25; "Introduction", *Religion and Gender: Essays on the Complexity of Symbol*, Boston: Beacon Press, 1987.
- 34 Ver, por exemplo, T.J. Clark, *The Painting of Modern Life*, Nova York: Knopf, 1985.
- 35 A diferença entre os teóricos estruturalistas e pós-estruturalistas sobre essa questão reside no fato de a categoria da diferença ter um estatuto mais ou menos aberto entre eles. Na medida em que os pós-estruturalistas não fixam um sentido universal para as categorias ou para as suas inter-relações, a sua abordagem parece levar ao tipo de análise histórica que eu defendo.
- 36 Rachel Well, "The Crown Has Fallen to the Staff: Gender and Politics in the Age of Catherine de Medici", *Critical Matrix (Documents de Travail des Études Féminines de Princeton)* 6, 1985. Ver também Louis Montrose, "Shaping Fantasies: Figurations of Gender and Power in Elizabethan Culture", *Representations*, nº 2, 1983, p. 61-94; e Lynn Hunt, "Hercules and the radical Image in the French Revolution", *Representations*, nº 2, 1983, p. 95-117.
- 37 Edmund Burke, *Reflections on the French Revolution*, 1892, reed, Nova York, 1909, p. 208-209.
- 38 Ver também Jean Bodin, *Six Books of the Commonwealth*, 1606, reed, Nova York, 1967; Robert Filmer, *Patriarcha and Other Political Works*, apresentação de Peter Laslett, Oxford: Basil Blackwell, 1949; e John Locke, *Two Treatises of Government*, 1690, reed, Cambridge, 1970.
- 39 Ver ainda Elizabeth Fox-Genovese, "Property and Patriarchy in Classical Bourgeois Political Theory", *Radical History Review*, nº 4, 1977, p. 36-59; e Mary Lyndon Stanley, "Marriage Contract and Social Contract in Seventeenth Century English Political Thought", *Western Political Quarterly*, nº 32, 1979, p. 79-91.
- 40 Foi grata a Bernard Lewis pela referência ao islamismo. Ver Michel Foucault, *História da sexualidade*, vol. 2, *L'usage des plaisirs*, Paris: Gallimard, 1984. Nesse tipo de situação há que se perguntar quais são os termos da identidade de gênero e se a teoria freudiana basta para descrever o processo da sua construção. Sobre as mulheres na Atena Clássica, ver Marilyn Arthur, "Liberated Woman: The Classical Era", in Renate Bridenthal, Claudia Koonz e Susan Stuard (eds.), *Becoming Visible: Women in European History*, Boston: Houghton Mifflin, 1987, p. 75-78.
- 41 Citado por Roderick Phillips, "Women and Family Breakdown in Eighteenth Century France: Rouen 1780-1800", *Social History*, nº 2, 1976, p. 217.
- 42 Sobre a Revolução Francesa, ver Darline Gay Levy, Harriet Applegate e Mary Johnson (eds.), *Women in Revolutionary Paris 1789-1795*, Urbana, Ill.: Univ. of Illinois Press, 1979, p. 209-220; sobre a legislação soviética, ver os documentos in Rudolf Schliesinger, *Changing Attitudes in Soviet Russia: Documents and Readings*, vol. 1 *The Family in the USSR*, Londres: Routledge & Kegan Paul, 1949, p. 62-71, 251-254; sobre a política nazista, ver Tim Mason, "Women in Nazi Germany", *History Workshop*, nº 1, 1976, p. 74-113; e do mesmo autor "Women in Germany & Family Welfare and Work History Workshop", nº 2, 1976, p. 5-32.
- 43 Elizabeth Wilson, *Women and the Welfare State*, Londres: Tavistock, 1977; Jane Jensen, "Gender and England 1900-1939", Jane Lewis, *The Politics of Motherhood: Child and Maternal Welfare in England 1900-1939*, Londres: Groom Helm, 1980; Mary Lynn McDougal, "Protecting Infants: The French Campaigns for Maternity Leaves, 1890-1913", *French Historical Studies*, nº 13, 1983, p. 79-105.

- 53 Sobre os socialistas utópicos ingleses, ver Barbara Taylor, *Eve and the New Jerusalem*, Nova York: Pantheon, 1983. Para a França, ver Joan Scott, "Men and Women in the Parisian Garnet Trades: Discussions of Family and Work in the 1830's and 40's", in R. Flood, G. Crossick and P. Thane (eds.), *The Power of the Past: Essays in Honor of Eric Hobsbawm*, Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 67-94.
- 54 Louis Devance, "Femme, famille, travail et morale sexuelle dans l'ideologie de 1848", in *Mythes et representation de la femme au XIXe et XXe siècles*, Paris, 1976; Jacques Rancière et Pierre Vaudray, "En allant à l'expo: l'ouvrier, sa femme et les machines", *Les Révoltes Logiques*, 1, 1975, p. 5-22.
- 55 Gayatri Chakravorty Spivak, "Draupadi by Mahasveta Devi", *Critical Inquiry*, n° 8, 1981, p. 181-401; Homi Bhabha, "Of Mimicry and Man: the Ambivalence of Colonial Discourse", *October*, n° 28, 1984, p. 125-133; Karin Hausen, "The German Nation's Obligations to the Heroes' Widows of World War I", in Margaret R. Higgonnet et al. *Behind the Lines: Gender and the Two World Wars*, New Haven: Yale UP, 1987, p. 126-140. Ver também Ken Inglis, "The Representation of Gender on Australian War Memorials", *Daedalus*, n° 116, 1987, p. 35-59. Ver ainda, "Australian War Memorials", comunicação inédita apresentada na Conferência de Ballagio, *Genre, Technologie et Education*, 1985.
- 56 Sobre a Revolução Francesa, ver Darline Gay Levy, Harriet Branson Applewhite, Mary Durham Johnson, *Women in Revolutionary Paris, 1789-1795*, Chicago: University of Illinois Press, 1979; sobre a Revolução Americana, ver Mary Beth Norton, *Liberty's Daughters: The Revolutionary Experience of American Women*, Cornell University Press, 1996, p. 383-446. Sobre a Terceira República na França, ver Steven Hause, *Women's Suffrage and Social Politics in the French Third Republic*, Princeton: Princeton University Press, 1984. Um tratamento muito interessante de caso recente é o artigo de Maxime Molyneux, "Mobilization Without Emancipation? Women's Interest the state and Revolution in Nicarágua", *Feminist Studies*, primavera de 1985, p. 22-54.
- 57 Sobre o natalismo, ver Denise Riley, "Gender and Reproduction", in *War in the Nursery e Jensen*. Sobre os anos 1920, ver os ensaios in *Stratégies des femmes*, Paris: Editions Tierce, 1984.
- 58 Para diversas interpretações do impacto do trabalho moderno sobre as mulheres, ver Louise A. Tilly e Joan Scott, *Women, Work and Family*, Londres: Psychology Press, 1989.
- 59 Ver, por exemplo, Margaret Rossiter, *Women Scientists in America: Struggles and Strategies to 1914*, Baltimore: Johns Hopkins UP, 1982.
- 60 Luce Irigaray, "Is the Subject of Science Sexed?", *Cultural Critique*, n° 1, 1985, p. 73-88.
- 61 Byron and Greek Love, *Homophobia in Nineteenth-Century England*, Berkeley Calif: University of California Press, 1985. Essa questão é abordada por Jeffrey Weeks em *Sex, Politics and Society: the Regulation of Sexuality since 1800*, Londres: Leyman, 1981.